

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

VILMARA DA SILVA

O ENSINO PRIMÁRIO PIAUIENSE NOS ANOS DE 1930 A 1940:
o currículo como fonte de renovação da instrução pública

Teresina

2017

VILMARA DA SILVA

O ENSINO PRIMÁRIO PIAUIENSE NOS ANOS DE 1930 A 1940:

o currículo como fonte de renovação da instrução pública

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Amparo Borges Ferro.

Teresina

2017

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Processamento Técnico

S586e Silva, Vilmara da

O Ensino primário piauiense nos anos de 1930 a 1940: o currículo como fonte de renovação da instrução pública / Vilmara da Silva. – 2017.

72 f. : il.

Cópia de computador (printout).

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Maria do Amparo Borges Ferro.

1. Ensino Primário. 2. Currículo. 3. Fontes Documentais.
I. Título.

CDD: 372.981

VILMARA DA SILVA

O ENSINO PRIMÁRIO PIAUIENSE NOS ANOS DE 1930 A 1940: o currículo como fonte de renovação da instrução pública

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), na linha de pesquisa: Educação, movimentos sociais e políticas públicas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro

Teresina-PI, 24 de fevereiro de 2016

BANCA EXAMINADORA

M. B. Ferro
Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro
(Orientadora – UFPI/CCE/PPGE)

Maria da Glória Carvalho Moura
Profa. Dra. Maria da Glória Carvalho Moura
(Examinador interno – UFPI/CCE/PPGE)

Odaléia Alves da Costa
Profa. Dra. Odaléia Alves da Costa
(Examinadora externa – IFMA)

Prof. Dr. Luís Carlos Sales
(Examinador interno suplente – UFPI/CCE/PPGE)

Profa. Dra. Edna Maria Magalhães do Nascimento
(Examinadora externa suplente – CCE/UFPI)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, sem ele eu não sou nada. Pelo dom da fé, esperança e do amor, que sustentaram o meu ser para superar as dificuldades que surgiram ao longo do caminho. Ao Espírito Santo pelo dom da inteligência, que revigorou todos os dias a minha mente. A Virgem Maria, a maior intercessora desse processo de produção acadêmica, que me ajudou a concretizar esse objetivo.

À professora, Prof^a. Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro, pela compreensão e confiança. Seus méritos intelectuais me inspiraram a almejar o mestrado.

À minha família, pelo amor e apoio em cada decisão tomada, e compreender minha ausência para que eu me dedicasse inteiramente à pesquisa.

Ao meu amigo e amado Kelson, pelo amor e incentivo dado para eu continuar perseverando nesse sonho, e pela compreensão na reta final do trabalho, onde tive que dedicar minha atenção ao trabalho.

Aos amigos e amigas, pelo amor e carinho, que carrego a cada momento da minha vida, em especial aos amigos do Ministério Universidades Renovadas, este grupo que fortalece minha união com Cristo, e me faz sonhar com um mundo melhor.

Ao Programa de Mestrado em Educação, pelo apoio durante a realização do curso.

Ao Arquivo Público do Piauí, por deixarem as portas abertas e disponíveis para pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas.

Aos professores, Prof.^a Dr.^a Edna Maria Magalhães do Nascimento, Prof.^a Dr.^a Odaléia Alves da Costa e a Prof.^a Dr.^a Teresinha de Jesus Araújo Magalhães Nogueira pelas contribuições à escrita da dissertação.

Aos amigos conquistados, da 23^a Turma de Mestrado da Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, por compartilhar comigo os momentos alegres, de angústias, e as aprendizagens.

Dedico este trabalho ao meu pai,
com imensa saudade.

Reze e trabalhe fazendo de conta que esta vida é um dia de capina com sol quente, que às vezes custa a passar, mas sempre passa. E você ainda pode ter muito pedaço bom de alegria. Cada um tem a sua hora e a sua vez: você ainda há de ter a sua.

(Guimarães Rosa)

RESUMO

A presente pesquisa investiga por meio dos fatos históricos referentes à educação brasileira e em especial a piauiense, o processo de renovação da escola primária piauiense, situando-a em relação à modernização educacional que ocorria em nível nacional. Seleciona como fonte de pesquisa, as Leis e os Decretos referentes à educação piauiense do período de 1930 a 1940. O trabalho tem como objetivo geral analisar na legislação educacional como se constituiu o currículo do ensino primário piauiense nos anos de 1930 a 1940 e como objetivos específicos: 1) realizar levantamento de fontes documentais e bibliográficas sobre a instrução primária do Piauí, entre os anos de 1930 a 1940; 2) caracterizar o currículo do ensino primário no período referido; 3) investigar os ideais da Escola Nova, no que concerne ao currículo. Assim, surgiu a seguinte pergunta norteadora desta pesquisa: como se constituiu o currículo do ensino primário do Piauí entre os anos de 1930-1940? O aporte teórico da pesquisa está ancorado em autores da historiografia regional a partir de Brito (1996), Ferro (1996), Lopes (2001) e Martins (2009); na Escola Nova com: Azevedo (2010), Nagle (1976), entre outros, que contribuíram significativamente para a elaboração deste trabalho. Estas fontes foram documentos oficiais disponíveis no Arquivo Público de Teresina (Casa Anísio Brito). Elas permitiram evidenciar o pensamento educacional que estava veiculado através da legislação de ensino, em especial, nas escolas primárias. Com os resultados obtidos, foi possível observar várias reformas de ensino sendo prescritas em documentos legais e administrativos, onde a renovação escolar foi constituída por um projeto político de cunho social civilizador, que pretendia conduzir a nação, a modernização e a educação do povo.

Palavras-chave: Fontes documentais. Ensino primário. Currículo.

ABSTRACT

This research investigates through the historical facts concerning the Brazilian education and, in particular, from Piauí, the process of renewal of primary school, placing it in relation to educational modernization taking place at the national level. We selected as a research source laws and decrees. Thus, we have as a general objective: to analyze the educational legislation how it constituted the primary school curriculum from Piauí in the years 1930-1940; and as specific objectives: 1) To perform a survey of documentary and bibliographical sources on the primary education of Piauí between the years 1930-1940; 2) To characterize the primary school curriculum in that period; 3) To investigate the ideals of the new school when it comes to curriculum. Thus, the following guiding question of this research arose: how it was constituted the curriculum of primary education from Piauí between the years 1930-1940? The theoretical contribution of the research is anchored in authors of regional historiography from Brito (1996), Ferro (1996), Lopes (2001) and Martins (2009); In New School with: Azevedo (2010), Nagle (1976), among others, that contributed significantly to the elaboration of the work. The sources used for the research were official documents available in the Teresina Public Archives (Anísio Brito House). These sources have highlighted the educational thought that was conveyed through teaching legislation, particularly in primary schools. With the obtained results, we observed several educational reforms prescribed in legal and administrative documents in which school renovation consisted of a political project of civilizing social nature that intended to lead the nation, modernization and education of the people.

Keywords: Documentary sources. Primary education. Curriculum.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Lei nº 548 de 30 de março de 1910	20
Figura 02 - Decreto nº 434 de 19 de abril de 1910.....	21
Figura 03 - Decreto nº 434, 19 de abril de 1910.....	22
Figura 04 - Existência de Escolas Primárias na Década de 1930.	39
Figura 05 - Decreto nº 1.438 de 31 de janeiro de 1933.....	42
Figura 06 - Estrutura do Ensino Primário do Piauí no ano de 1933.	44
Figura 07 - Estrutura do Ensino Primário do Piauí ano 1940	50
Quadro 01 - Números De Professores Primários Efetivos No Período De 1940.....	51
Figura 08 - Decreto nº 5.511, de 21 de maio de 1943.....	52
Quadro 02 - Currículo das Escolas Agrupadas, Singulares e de Adaptação.	57
Figura 09 - Decreto-lei nº 390, de 17 de junho de 1941.....	59
Figura 10 - Decreto nº 1.362, de 12 de março de 1932.....	62
Quadro 03 - Currículo da Escola Normal Oficial.....	63

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O CENÁRIO POLÍTICO-EDUCACIONAL BRASILEIRO DE 1930 A 1940	13
2. 1	A educação pública do Piauí: uma breve retrospectiva da trajetória do ensino primário piauiense no século XX	18
3	FONTES DOCUMENTAIS: uma matéria-prima na produção historiográfica da educação	25
3. 1	O documento como fonte histórica	27
4	A POLÍTICA EDUCACIONAL PIAUIENSE EM 1930	33
4. 1	As escolas primárias na década de 1930	39
4. 2	O ensino primário piauiense na reforma de 1933	41
4. 3	O ensino primário do Piauí em 1940	49
4. 4	Currículo escolar primário piauiense: uma fonte de renovação	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

Na escola brasileira, durante as primeiras décadas do século XX, ocorreu um movimento renovador que provocou diversas mudanças no ensino. Este movimento foi denominado de Escola Nova, que liderou uma série de reformas em todo o país. Reformas que foram geridas por intelectuais em quase todos os estados brasileiros, pelo fato do ensino primário e secundário serem, naquele momento, matéria de responsabilidade de cada uma das unidades federativas. Com a inserção dessas transformações, a manifestação do pensamento educacional brasileiro foi baseada nos ideais de renovação promovidos pela Escola Nova.

Ao se refletir sobre o contexto educacional piauiense, definiu-se o objeto de estudo desta pesquisa – o currículo do ensino primário piauiense, no período de 1930 a 1940 com ênfase no movimento da Escola Nova, através de fontes documentais. Esse objeto surgiu do contato com fontes documentais piauienses, Leis e Decretos, que discorriam sobre a educação. A proximidade com esses materiais se deu a partir de uma pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), cujo objetivo era garimpar documentos legais referentes ao ensino primário piauiense de 1930 a 1961.

Com a análise desses documentos foi possível observar reformas educacionais no ensino do Piauí que dariam uma nova roupagem no seu sistema de ensino. Esses elementos direcionaram ao seguinte problema norteador da pesquisa: como se constituiu o currículo do ensino primário do Piauí nos anos de 1930 a 1940? Vale ressaltar que a escolha deste recorte temporal se deu por ser nesse período que o movimento escolanovista atuou mais efetivamente em vários estados do Brasil.

Assim, o objetivo principal da pesquisa foi analisar na legislação educacional como se constituiu o currículo do ensino primário piauiense nos anos de 1930 a 1940, tendo como objetivos específicos: 1) Levantar fontes documentais e bibliográficas sobre a instrução primária do Piauí entre os anos de 1930 a 1940; 2) Caracterizar o currículo do ensino primário no período referido; e 3) Investigar o currículo ancorado nos ideais da Escola Nova.

O recorte inicial do ano de 1930 da pesquisa justifica-se pelo fato de que foi a partir deste período que teve início a edificação de uma nova ordem social, de caráter progressista e modernizador, e o Brasil passou então, a possuir um terreno

fecundo para a chegada da renovação nas estruturas políticas, econômicas, sociais e especialmente educacionais. Fortalecendo-se com a Lei Orgânica do Ensino Primário na década de 1940, ocorreu a reorganização do sistema, determinando as bases nacionais do ensino e tornando-se uma importante reforma para a efetivação do trabalho dos estados e municípios.

Com o desenvolvimento da pesquisa surgiram algumas indagações acerca desses ideários educacionais propostos pela Escola Nova e sua influência na educação piauiense. No Estado do Piauí ocorreram várias reformas educacionais e estas foram formuladas com a participação dos ideais da Escola Nova. No entanto, quais eram as suas intencionalidades?

Considerando os objetivos deste estudo, a pesquisa foi de caráter historiográfico com base na Nova História Cultural que, por sua vez, proporciona aos estudos históricos uma visão mais ampla dos acontecimentos: por muito tempo eles estiveram limitados aos grandes feitos e aos nomes de maiores destaques em uma determinada sociedade. Com essa nova perspectiva de análise, a atenção historiográfica se desloca para os feitos pequenos, para nomes comuns; o cotidiano das pessoas torna-se fonte documental, permitindo o acesso à História.

Assim, o estudo está ancorado em teóricos da historiografia regional como: Brito (1996), Ferro (1996), Lopes (2001) e Martins (2009); e na Escola Nova, a partir de Nagle (1976) e Azevedo (2010), no que concerne ao currículo escolar, com Goodson (1995) entre outros, que contribuíram para a elaboração do trabalho. Outras fontes utilizadas foram necessárias para a construção da pesquisa, tais como documentos oficiais legais disponíveis no Arquivo Público de Teresina - Casa Anísio Brito, cujo uso possibilitou caracterizar o cenário educacional da época. Os documentos legais, Leis e Decretos encontrados no Arquivo Público, serviram como fonte histórica que possibilitou caracterizar o currículo educacional da época e seu possível impacto nas escolas primárias.

Para melhor apresentar o resultado do trabalho, o texto foi organizado em três capítulos. No Capítulo I, **O cenário político-educacional brasileiro de 1930 a 1940**, discorre os âmbitos político, econômico e educacional ao longo dos anos de 1930 a 1940 no Brasil, as mudanças que o país sofreu que refletiram nitidamente na educação, visto que ocorreram transformações no modo de vida da sociedade, considerando que o trabalho era agrário e que, com as mudanças, a sociedade

passa a necessitar de mão de obra qualificada, já que a industrialização chega ao país.

O segundo capítulo intitulado **Fontes documentais: uma matéria-prima na produção historiográfica da educação** discute-se a importância das fontes documentais na construção da historiografia da educação, pois o documento como fonte histórica é também uma expressão da memória de uma sociedade. Então, o documento traz em si, relatos, interesses, mudanças ocorridas no processo da História que constituem o cenário político, econômico, educacional e cultural de uma sociedade.

No terceiro capítulo, **O currículo do ensino primário piauiense: renovação da instrução pública** é evidenciando como o currículo pode ser um instrumento de renovação do ensino, em especial do ensino primário no período de 1930 a 1940, através da influência da Escola Nova, neste momento, as disciplinas escolares definem que tipo de ser humano pretendem formar.

2 O CENÁRIO POLÍTICO-EDUCACIONAL BRASILEIRO DE 1930 A 1940

Aproximadamente pelo século XIX e início do século XX, o processo de modernização do Brasil começa a ganhar solidez. Neste período inicia-se a civilização urbano-industrial, que definiu outros padrões políticos, econômicos e culturais no país. Nesse mesmo eixo, a Educação foi idealizada como um instrumento que exerceria a função de mudar essas estruturas da sociedade brasileira. A eclosão de mudanças nesses parâmetros provocou conflitos em vários setores da sociedade: de um lado os setores tradicionais, do outro, os emergentes que se manifestavam “pelo grande número de golpes e revoltas no período compreendido entre a Primeira Guerra Mundial e o Golpe de 1964” (ZOTTI, 2004, p. 85). Essa fase pode ser compreendida não como um rompimento da antiga estrutura do Brasil agrário, mas uma fase de transição para o Brasil indústria emergente.

Os primeiros 30 anos do século XX constituíram um período de grande desenvolvimento para as nações industrializadas. Inicia-se a ideologia do nacional-desenvolvimentismo, caracterizada pela substituição de bens importados por bens de consumo de produção nacional. As oligarquias cafeeiras são afastadas do comando da sociedade política. O Estado passa a ser então, o centro de decisão política e econômica. Inserido neste período, o Governo Provisório de Getúlio Vargas nos seus primeiros anos, que foi rico em debates ideológicos, com objetivos de aderir novos projetos para a sociedade brasileira, e um deles era a proposta de elaborar uma nova política educacional.

Diante desse novo modelo econômico, a educação é vista com outros olhos tornando nítida a relação entre desenvolvimento econômico, agora industrial, e o modelo educacional. Dada esta complexidade nos campos econômico, político e cultural, no contexto da industrialização/urbanização, tornou-se necessária a organização da educação escolar a um número maior de pessoas. É nesse momento de desenvolvimento econômico/industrial, que a educação foi conduzida.

Ocorreram debates políticos e educacionais entre católicos, liberais e governistas sobre o rumo que a educação iria tomar. Os católicos opunham-se aos educadores liberais, aqueles adeptos da pedagogia tradicional. Defendiam a manutenção da ordem econômica e política da Primeira República. Os educadores liberais apostavam na pedagogia da Escola Nova e na edificação de um país com

novas bases econômicas e políticas, seguindo o novo modelo urbano-industrial. Foram debatidos os princípios que deveriam orientar a educação nacional em congressos e conferências, desta maneira traçaram o sentido pedagógico que almejavam alcançar para a escola brasileira.

Os principais pontos da discussão entre católicos e liberais referiam-se à laicidade, a defesa da escola pública obrigatória, gratuita e a coeducação, ou seja, são definidos princípios que orientam a organização do sistema educacional, que de acordo com Saviani (2014, p. 20), o princípio da laicidade:

Se evitará que o ambiente escolar seja perturbado por crenças e disputas religiosas. Pela gratuidade, se garantirá o acesso de todos às escolas oficiais e obrigatoriedade, será evitado que, pelas contingências econômicas e pela ignorância dos pais ou responsáveis, as crianças e os jovens sejam prejudicados em seu direito de acesso à educação pública.

Finalmente, pela coeducação, o ensino será ministrado conjuntamente aos meninos e meninas, não sendo permitida a separação entre alunos de um e outro sexo, a não ser quando justificada por aptidões psicológicas ou profissionais.

Os liberais levantavam a bandeira, sustentando que a educação é um direito de todos e deveria ser garantida pelo Estado. Além de que, como instituição pública, a escola é um espaço democrático, então foi advertido que o ensino deveria ser laico para evitar divulgação de ideologias religiosas.

Os reformadores, mesmo não atingindo o objetivo de elaborar diretrizes para as políticas educacionais, lançam um plano pedagógico em que definiram os princípios e as diretrizes de um programa geral de educação, de forma orgânica e sistêmica, resultando em uma “nova” política educacional unificada com as teorias da educação. Essa nova política sucedeu-se precisamente com a publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932. A intenção era tornar públicas as propostas para influenciar nas decisões do governo, com o intuito de estimular aprofundamentos nos debates. Aceito por Vargas, esse movimento renovador influenciou na legislação de ensino público levando em conta que a atuação do governo foi efetivada, devido haver conciliação de interesses, como é possível perceber nas linhas de Zotti (2004, p. 90):

Assim, é na Constituição de 1934 que o Estado passa a assumir a função de traçar as diretrizes da educação nacional, trazendo, pela primeira vez, um capítulo especial dedicado à educação, que entre

outras coisas estabeleceu a educação como direito de todos, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário.

Esse novo modelo pedagógico foi formulado com a chamada “Reforma de Francisco Campos” em 1931, não necessariamente formulado pelos intelectuais da época, sendo que ele tomou partido para efetivar a reforma do ensino, pois era necessária uma reforma no ensino que atingisse todo território nacional. Como afirma Dallabrida (2009, p. 186):

No final de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que sinalizava a tonificação do Estado educador, e Francisco Campos foi indicado como o seu primeiro titular. Na primeira metade de 1931, ele implementou uma significativa reforma na educação nacional, com destaque para a criação do Conselho Nacional de Educação e a reorganização do ensino secundário e superior, que passaria a ser identificada com o seu nome – Francisco Campos.

As reformas efetuadas nas cidades brasileiras eram parte integrante desse processo de modernização, de modo que esse processo foi um fator crucial para construir transformações na sociedade; em especial, almejava-se através do moderno edificar um ar civilizado. Segundo Marinho (2008, p. 27):

[...] os espaços públicos urbanos passaram a ser ocupados com novas formas de lazer, tais como: cinemas, cafés, clubes, teatros e praças. Esses locais recebiam, principalmente, as pessoas dos setores sociais médio e alto, fazendo-se adequados para a valorização das novas formas de sociabilidades. Além disso, serviços como água canalizada, energia elétrica e serviços telefônicos começavam a ser oferecidos, ainda que inicialmente de forma limitada, proporcionando mais conforto para os setores abastados da população.

Desse modo, inicia-se a construção de um sistema nacional de educação alicerçado em uma política centralizadora e burocrática, em especial através dos aspectos legais e normativos, usando-os como instrumentos de controle, onde tudo passa a depender da autoridade superior. Com essas características o governo prosseguiu com seu objetivo de atingir uma sociedade urbana/industrial utilizando-se da ditadura para assegurar o andamento desse projeto. O Estado ditatorial assumiu a condução dos debates sobre a política educacional. Esta, por sua vez, passou a ser controlada pela sociedade política. No período de 1937 a 1946 inicia a intervenção

real do Estado na organização da educação brasileira. Caracterizado por uma gestão antidemocrática, ele atua impondo seus interesses políticos a toda a população.

Com os esforços dos liberais renovadores em promover transformações no ensino brasileiro, surgiram algumas indagações, como: mas o que vem a ser esse movimento renovador denominado de Escola Nova? Quais os seus propósitos? Em que princípios estavam alicerçados?

Com isso, uma nova visão de escola atravessa as cortinas da história da Educação. Em relação à expressão “Escola Nova”, Lourenço Filho (1978, p.17) afirma que:

Esse singelo nome foi por alguns adotados para caracterização do trabalho em estabelecimentos que dirigiam e, logo também, por agremiações criadas para permuta de informações e propagações dos ideais de reforma escolar. Mais tarde, passou a qualificar reuniões nacionais e internacionais, bem como a figurar no título de revistas e séries de publicações consagradas ao assunto.

O termo Escola Nova foi adquirindo um amplo sentido, não se limitando a transformações das normas tradicionais da educação, mas ampliando seu olhar ao tratamento dos problemas da educação em geral e, ao buscar solucionar esses problemas, estes passaram a fazer parte das características da Escola Nova. Com essa acepção, a Escola Nova não se refere a um único tipo de escola, ou sistema didático determinado, mas a um conjunto de princípios que tendem a rever os aspectos tradicionais do ensino. Vale ressaltar que esses princípios derivaram de um novo entendimento das necessidades da infância, iluminado pelos estudos da biologia e psicologia. Mas estenderam-se, depois, a numerosos estudos, cujos assuntos centravam-se nas funções da escola, que estavam sendo mescladas com as mudanças da vida social, exigindo dela uma nova incumbência.

É no início do século XX se começa a usar termos como educação nova, Escola Nova, entre outros. Era evidente a vontade de manter-se distante dos princípios, dos conteúdos, da organização e do que se entendia como a finalidade da escola e dos sistemas educativos que eram definidos no período oitocentista. O movimento da Escola Nova almejava dar um novo destino ao país por meio de um plano modernizador da educação.

O aluno passa, então, a ser o centro do processo educativo, acompanhado por uma metodologia mais ativa, onde ele torna-se interventor no trabalho educativo e autônomo. Com essa nova forma de pensar a escola e o ensino, se destaca em relação à pedagogia predominante e unívoca do período anterior. A educação era vista como componente de reconstrução social e estabilidade política, ou seja, através da educação é que a sociedade alcançaria o progresso.

Foi durante a década de 1920 que teve início no Brasil o movimento da Escola Nova. Ele tinha como um dos seus objetivos rescindir as técnicas pedagógicas do ensino tradicional, que mantinham fins puramente individualistas. Traçavam um caminho de renovação das mentalidades dos educadores e das práticas pedagógicas. Buscavam novos princípios alicerçados na ação, no amparo e na cooperação social. Para atingir tais objetivos, foi necessária a inserção de novas técnicas e ideias pedagógicas. Nesse período, as ideias da Escola Nova encontravam-se no auge da sua circulação nos estados brasileiros, ganhando desta forma um caráter institucional através de reformas educacionais estabelecidas nos estados.

Em relação aos educadores propagadores dessas ideias, destacou-se um dos mais conceituados pedagogos, Dewey que, por sua vez, “[...] foi um dos maiores divulgadores dos princípios da Escola Nova e acreditava que a modernização de um país só seria possível pela educação” (OLIVEIRA, 2014, p. 111). Acreditava em um espaço dedicado à criança, fugindo de uma massificação despersonalizada, ou seja, o aluno como um ator do seu processo de ensino aprendizagem.

De acordo com Ribeiro e Pagni (2003, p. 152), discutindo sobre a introdução desse movimento no âmbito político-educacional afirmam que: “[...] esse movimento teve seu ápice durante a reforma educacional de 1928, no Distrito Federal, promovida por Azevedo, encontrando em outras reformas do início da década de vinte as suas precursoras”. Logo, no plano político-educacional, a noção sobre uma nova educação, uma nova escola, estaria direcionada à concretização de um modelo ideal de liberdade e igualdade para todos. Desta maneira, em termos de educação, esses princípios faziam parte da essência dos fins do movimento da Escola Nova no Brasil. Vale ressaltar que essa concepção de Escola Nova se consolidou entre os educadores somente nos anos 1930.

Esse movimento promoveu no cenário educacional brasileiro diversas discussões. Muitos defensores da Escola Nova acreditavam que a educação renovada não se limitaria a um extremo ideal da individualidade infantil.

A primeira iniciativa do Governo Federal em determinar um plano geral para o ensino primário foi através da Lei Orgânica do Ensino Primário, em 1946. Até então não havia diretrizes nacionais destinadas ao ensino primário, o que demonstrava o desinteresse do Governo com a educação do povo. Ao se depararem com as mudanças ocorridas no país – que até por volta de 1930 tinha sua economia fixada no modelo agrário exportador – não convinha assegurar um modelo educacional mais avançado.

Com o desenvolvimento industrial, as classes populares são inseridas no novo modelo econômico, que necessita de mão-de-obra minimamente qualificada, e diante desse novo cenário, a política educacional concentra-se na formação das classes populares, do primário ao curso profissionalizante. E os princípios educacionais continuavam sofrendo influência das propostas escolanovistas, segundo as quais o ensino deveria ser voltado para a formação e desenvolvimento integral da criança. Desta maneira, a escola primária não se restringia ao ler e escrever, ou seja, esse ensino abrangeria a formação cultural, os conhecimentos necessários para a vida em sociedade como também para o mundo do trabalho.

De acordo com Zotti (2004), com base nos objetivos escolanovistas, a escolarização foi dividida em fundamental e supletiva. O ensino primário destinava-se a crianças de 7 a 12 anos e compreendia quatro anos de curso elementar e um ano de curso complementar, que seria um preparatório para o exame de admissão ao ginásio. O ensino primário suplementar tinha a duração de dois anos para os adolescentes e adultos que não cursaram em idade adequada esse nível de educação.

2. 1 A educação pública do Piauí: uma breve retrospectiva da trajetória do ensino primário piauiense no século XX

De acordo com Ferro (1996), a segunda metade do século XX foi marcada por uma efervescência no âmbito político e social que produziu alterações no cotidiano da sociedade brasileira. A primeira república é o ponto de partida da educação elementar, propagação e democratização da escola no Brasil.

Especificamente de 1900 até 1910, era vivenciado pelo Estado do Piauí um período de estruturação do ensino, ou seja, a iniciativa de construir escolas públicas se expandiu em cidades e povoados, mas somente em 1910 teve início a sua consolidação. Isso significaria que o ensino mantido pelo Estado aos poucos foi sendo executado de maneira organizada, pois anteriormente as escolas sofriam constantes tropeços em relação às suas instalações. No entanto, somente com a Reforma de 1910 as escolas primárias começaram a se estabilizar.

Neste período são anunciadas algumas preocupações em relação à educação, e o Estado passa então a exercer a responsabilidade de dar impulso à promoção do ensino. Conforme Lopes (2001, p. 23), “[...] buscava afirmar, em uma sociedade ainda pouco escolarizada, princípios como obrigatoriedade, a gratuidade, a laicidade e a coeducação”. Em 1930 que o processo de educação entra de forma decisiva buscando dar organicidade à educação primária, secundária e superior.

No século XX, o Estado do Piauí, com o objetivo de expandir o ensino público primário, aumentava o número de escolas na capital, vilas e povoações no Estado. O ensino público, ao mesmo tempo em que abria portas, também fechava outras, principalmente em povoações, pois devido ao número pequeno de alunos que frequentavam as escolas mistas, o Governo tomava algumas providências para tentar resolver tal situação. Então, criavam-se outras escolas, em outras localidades do Estado, além de ocorrer o restabelecimento de escolas já consideradas extintas. A prevalência da continuidade das escolas tinha um fator importante, era ter a constante frequência dos alunos.

A principal ideia sobre o ensino piauiense no período republicano era que através da educação popular a sociedade iria livrar-se de um perigo: a ignorância. Com isso surgiu a obrigatoriedade do ensino e o poder público começou a expandir o ensino tanto na capital quanto no interior do Estado.

Através da Lei nº 444, de 9 de julho 1907 o Governo autoriza o poder executivo a reorganizar o ensino primário e secundário do Estado dando a liberdade de aumentar até 25% do que se gastaria com esse serviço, sendo que a execução dessa medida só poderia ser realizada depois de ser decretada pelo Governo da União sobre a Reforma Geral do Ensino Público – daí o Estado poderia dar uma nova forma ao seu ensino público.

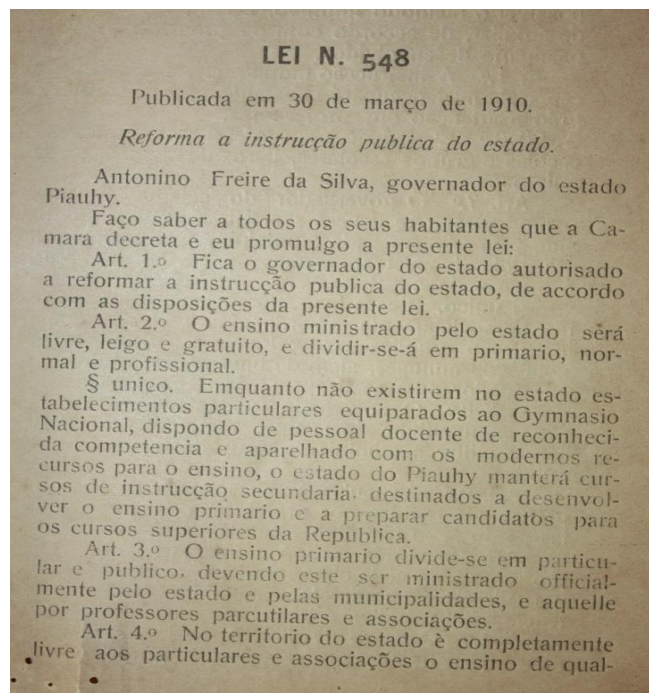
Com a Lei nº 548, de 30 de março de 1910, ocorre a Reforma da Instrução Pública do Estado, por Antônio Freire da Silva, o governador na época. De acordo com Brito (1996, p.45):

Com o regulamento de 1910 encerra-se o período de “estruturação” e tem início o período de “consolidação”. As estruturas dos vários ramos de ensino mantidos pelo Estado vão sendo, gradativamente, implementados até alcançar o estágio em que adquirem caráter sistêmico.

Assim, a Lei determinava que o ensino fosse ministrado pelo Estado da seguinte maneira:

- Aulas gratuitas;
- Laicas;
- Dividido em primário, normal e profissional.

Figura 01 - Lei nº 548 de 30 de março de 1910



Fonte: Piauí, (1910).

De acordo com o Art 3º da Lei n. 548 o ensino primário dividiu-se em particular e público, sendo este de responsabilidade de ser ministrado oficialmente pelo Estado e pelas municipalidades, enquanto o privado por professores particulares e associações. O ensino privado não era vetado pelo Estado no território

piauiense, mas recebia fiscalizações no que diz respeito à higienização, moralidade e estatística.

O ensino primário, por sua vez, seria ministrado em escolas isoladas e grupos escolares, expandindo-se de acordo com a necessidade do ensino para a população escolar e para o bem público. De acordo com a Lei nº 548, de 30 de março de 1910, quanto aos procedimentos do ensino primário ocorreria do seguinte modo:

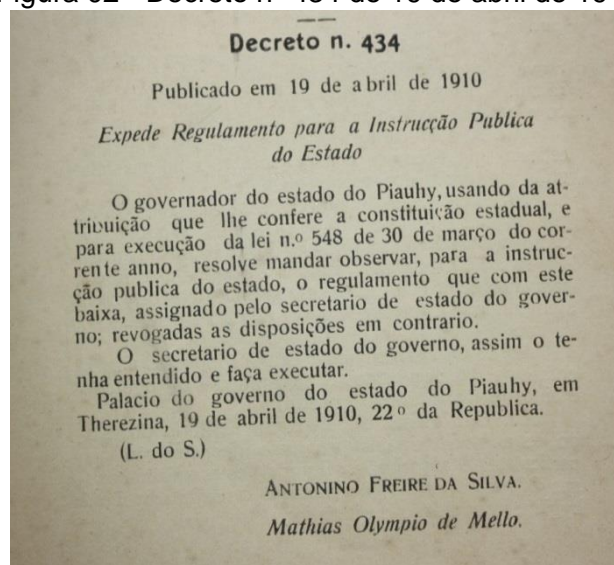
Art. 6. O ensino deverá seguir tanto quanto possível o methodo intuitivo, servido o livro apenas de auxiliar, de accordo com os programmas minuciosamente desenvolvidos.

§ 1.º A instrução moral e cívica não terá curso especial, mas occupará constantemente e no meio alto gráo a atenção dos professores.

§ 2.º É vedado aos professores adoptarem nas escolas e grupos escolares, livros de ataque aos cultos religioso (PIAUHY, 1910, p. 4)

A fiscalização do ensino primário em cada município era composta por até dois inspetores gerais do ensino subordinados a diretoria geral. A criação de órgãos consultivos do ensino favorecia a sua melhor administração. O Estado não se limitaria à oferta do ensino primário somente para crianças, mas, de acordo com a reforma, a ideia era, se possível, a criação de escolas primárias noturnas para adultos de ambos os sexos, com auxílio dos ensinamentos particulares, associações e professores públicos primários. Após essa Lei, o Governo expede um Regulamento à Instrução Pública do Estado, o Decreto nº 434, de 19 de abril de 1910:

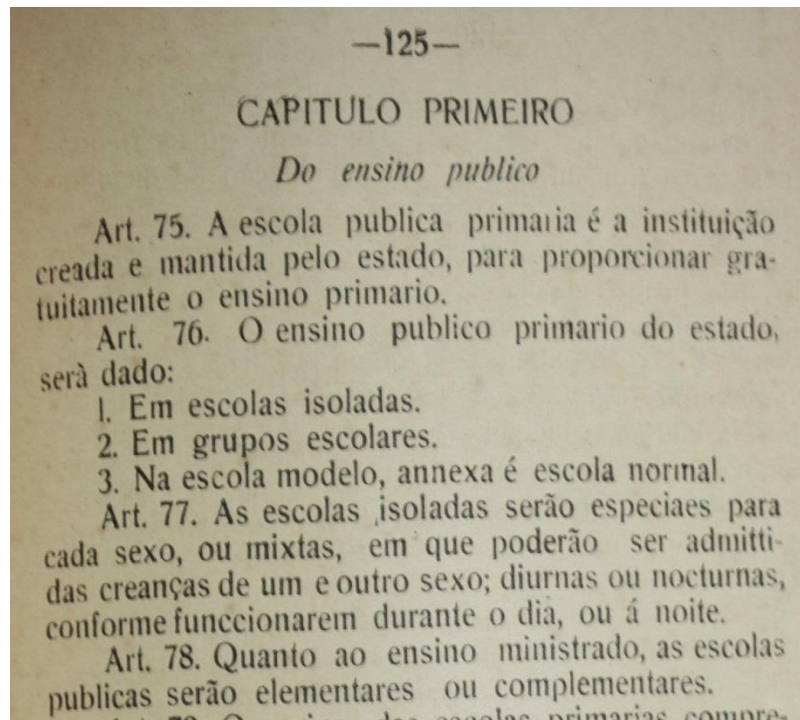
Figura 02 - Decreto nº 434 de 19 de abril de 1910



Fonte: Piauí, (1910).

Esse decreto garantia a reorganização da instrução, mas sem muitas alterações. O ensino público continuaria dividido em primário, normal e profissional, permanecia a existência do ensino primário particular e público. No que se refere à área administrativa, foi acrescentado ao ensino primário que a sua finalidade é proporcionar às crianças uma cultura intelectual necessária para obter um bom desempenho com os deveres sociais, não apenas uma preparação para o ingresso no ensino secundário. O ensino público primário seria ministrado nas seguintes categorias: Escola Isolada, em grupos escolares e na Escola Modelo, anexa a Escola Normal. A figura a seguir mostra como se reorganizou especificamente o ensino primário:

Figura 03 - Decreto nº 434, 19 de abril de 1910.



Fonte: Piauhy, (1910).

O ensino deveria promover a educação intelectual, moral e física, seguindo o método intuitivo e prático. A educação física ocorreria por meio de ginástica, exercícios espontâneos e trabalhos manuais. O currículo foi organizado da seguinte maneira:

Art.79. O ensino das escolas primarias comprehenderá as materias seguintes: leitura, grammatica, escripta, caligraphia, arthmetica, geometria, geographia geral, geographia do Brasil e cosmosgraphia, historia do Brasil,

noções de sciencias physicas e naturaes, musica, desenho, gymnastica, exercicios militares e trabalhos manuaes.

Parapho único. No programma de ensino que for organizado, deverá ficar bem detalhada a divisão das materias para cada um dos annos do curso e os limites do ensino de cada uma dellas (PIAUHY, 1910, p. 125).

De acordo com o Decreto nº 434 de 19 de abril de 1910, o governo tinha como meta difundir o ensino público pelo Estado e, não mediria esforços para buscar perfeição do ensino público. Assim, os livros adotados nas escolas seriam rigorosamente fiscalizados pelo Governo, como também nas instituições particulares no que diz respeito à higienização e moralidade. O diretor geral da instrução pública ficaria responsável por supervisionar o ensino público juntamente com seus auxiliares. O objetivo do ensino ministrado pelo Estado era formar os alunos para serem cidadãos capazes de exercerem seus deveres.

Desta maneira, o ensino piauiense caminhava rumo a uma renovação pedagógica e normatizada, tendo em vista as transformações nos métodos, o que se deu por influência da Escola Nova que se efetivava no Estado.

Mas o ensino público piauiense no período republicano sofria alguns estigmas que transfiguravam a educação de modo geral, que não se diluiu rapidamente ao longo do tempo como afirma Queiroz (2008, p. 12): “o quadro herdado do Império não se modificou de forma substancial ao longo do tempo – quer no que se refere ao aspecto material, quer quanto às interferências políticas no exercício da profissão”.

O Estado não estava preparado para assumir tal responsabilidade, pois o ensino piauiense passou por três períodos, sendo eles de implantação, consolidação e sistematização. No entanto, diante da realidade do Estado, sendo que esta definição foi efetiva quando se referiu aos aspectos normativos, não possuía nenhuma condição física e metodológica para dar início à implantação, estruturação e consolidação da instrução pública piauiense (BRITO, 1996).

A precariedade educacional estava em vários âmbitos, da estrutura física à do professor, algumas vezes, segundo Lopes (2001), semianalfabeto ou analfabeto, considerando, ainda, que os salários eram miseráveis e atrasados e os concursos em sua maioria eram fraudulentos devido à política partidária. Faltavam prédios escolares e material didático. Assim, com essas características se constituía o ensino público do Piauí.

Com o regulamento de 1910, era possível perceber as manifestações da influência de intelectuais que compunham a Sociedade Auxiliadora da Instrução

Pública. Eles tinham o objetivo de promover a participação popular no regime republicano, e para que isso se efetivasse era essencial a expansão do ensino e sua melhoria, devido à realidade em que se encontrava o ensino, por exemplo, com a falta de professores qualificados. Então se buscou uma solução, como cita Brito (1996, p. 46):

Desse modo a primeira providência foi a criação, ainda em 1909, da Escola Normal Livre mantida pela Sociedade Auxiliadora da Instrução Pública para, em seguida, criar-se pela Lei n. 548 de 30 de março de 1910, a Escola Normal Oficial que viria ser instalada em maio do mesmo ano.

Esta escola era destinada à formação de professores, até então o governo não era capaz de assumir a responsabilidade do ensino primário, normal, profissional, e secundário que ficava a cargo das iniciativas privadas. Observa-se que devido ao número pequeno de professores para atender a demanda, além da falta de qualificação para a docência, cria-se a Escola Normal em 1910. Essa reforma surgiu com o intuito de a República rever o seu compromisso com a educação do povo, ou seja, especificamente, é na Primeira República que emergem as inquietações sobre a educação em todo o Brasil.

Ocorreram muitas reformas do ensino no Piauí, de acordo Brito (1996, p. 45), “[...] a reforma de 1931 foi emergencial, pois revista em 1933, praticamente não chegou a ser executada”. As reformas surgiram com o intuito de a República rever o seu compromisso com a educação do povo, pois é especificamente na Primeira República que surgem as inquietações sobre a educação em todo o Brasil – uma das lutas dos republicanos era a democratização da educação. De acordo com Ferro (1996), depois de muito esforço pela educação que republicanos reivindicavam, o governo, como resposta às campanhas que eram realizadas, efetiva reformas educacionais, que aos poucos ocorriam mudanças no ensino sem muita coerência e eficácia.

3 FONTES DOCUMENTAIS: uma matéria-prima na produção historiográfica da educação

Como disciplina acadêmica e campo de produção educacional, a História da Educação vem se consolidando no cenário acadêmico e científico brasileiro. Grupos de pesquisas oportunizaram e continuam oportunizando discussões teóricas e metodológicas acerca do papel do historiador da Educação ao desenvolverem estudos que abrangem uma infinidade de possibilidades de análises de seus múltiplos objetos e fontes, proporcionando o progresso das perspectivas históricas de interpretação.

De acordo com Melo (2010, p. 15), “[...] a História, nos últimos séculos, foi sendo marcada por um fluente debate de ordem epistemológica e metodológica”, ou seja, a educação passou pela discussão a respeito da utilização de novas fontes, tais como iconográficas, escritas, sonoras, arquitetônicas, etc. Estas são peças essenciais à compreensão dos fenômenos ocorridos em determinadas épocas e sociedades.

Nesse sentido, o olhar que se faz sobre o uso das fontes torna-se mais cuidadoso quanto à sua importância para a reconstituição de um fato histórico, pois essas fontes tanto subsidiam as pesquisas como também levam à reflexão acerca de políticas educacionais locais e nacionais. É através das fontes que se torna possível recuperar informações sobre o passado. Elas podem significar marcas, vestígios, que talvez não sejam as mais apropriadas e precisas para a recomposição de um determinado fato ou experiência social, mas é a partir delas que se recupera a memória.

De acordo com Lopes e Galvão (2001), a palavra “fontes” nasce quando é formulado um problema pelo historiador. Só assim pode-se adquirir este status. Além de um problema inicial, para que se possa garimpar as fontes é preciso selecioná-las, identificar os materiais que foram produzidos em uma determinada época e sociedade, criados por homens, mulheres ou por um grupo social, que servirão como base para dar respostas ou compreensão do que se investiga. E, por fim, a historiografia se encarrega de interpretar e transformar em escrita os conteúdos adquiridos.

Ser historiador requer possuir um olhar crítico sobre as fontes que se investiga, desconfiar das intenções de quem a produziu. A partir dessa criticidade

começam a surgir indagações como: o que é uma fonte? O que é documento? Onde foi escrito? Quem o elaborou? Qual a sua intencionalidade? O êxito dessa interpretação ocorrerá de acordo com o nível de criticidade do pesquisador juntamente com a contextualização do documento-fonte. São com essas indagações que pode-se dizer que “[...] somente quando o historiador faz perguntas se inicia a produção da História” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 92). Assim, pode-se deslanchar em questionamentos, pois enquanto houver perguntas, o material não foi suficientemente explorado. É nesse caminho que as fontes servem como apoio para uma reconstrução historiográfica, no plano epistemológico, do objeto em estudo.

Por outro lado, o investigador deve compreender que é impossível transformar um documento. Aceitá-lo como se apresenta é o melhor caminho para tentar interpretá-lo, para ter um entendimento sobre o mesmo. Essa apresentação do documento pode ocorrer de maneira parcial, incompleta ou imprecisa, o que nos leva a procurar meios para nos aproximar do fato que é exposto nele, como afirma Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 8):

No entanto, torna-se, essencial saber compor com algumas fontes documentais, mesmo as mais pobres, pois elas são geralmente as únicas fontes que podem nos esclarecer sobre uma determinada situação. Dessa forma, é fundamental usar de cautela e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende fazer análise.

É essencial que, ao se analisar um documento, levemos em consideração o contexto histórico no qual foi produzido o documento, como também o universo sócio-político do autor e daqueles a quem foi destinado. Desse modo, o pesquisador se coloca em excelentes condições para compreender as particularidades do documento histórico, propiciando evitar uma interpretação de julgamento sobre o conteúdo dos documentos.

Vale ressaltar que antes de pensar em interpretar um texto, é necessário ter um conhecimento prévio sobre a identidade da pessoa que se expressa, dos motivos e interesses que o levaram a escrever. Diante disto, surgem autores(as) que podem representar várias personalidades na sociedade, de acordo com o contexto histórico em que situa seu texto. Ao pensar neste aspecto – de quem se trata o(a) autor(a) – surge uma questão indispensável: o(a) autor(a), ao redigir um texto, fala em nome de um grupo social ou simplesmente fala de acordo com seus interesses próprios?

É relevante esclarecer a identidade do(a) autor(a), pois possibilita estimar a credibilidade do texto, como são interpretados os fatos, a transparência na descrição de um acontecimento, enfim, a visão que o(a) autor(a) possui ao constituir um acontecimento ou precisamente um fato histórico. Para Sá, Almeida e Guindani (2009, p. 9), “é preciso, então, poder ler nas entrelinhas, para compreender melhor o que os outros viviam, senão as interpretações correm o risco de serem grosseiramente falseadas”. É fundamental certificar-se da natureza e qualidade da informação que é transmitida através do texto, conhecer a autenticidade do documento, assim como saber qual a relação existente entre o autor e o texto que ele escreve, ou seja, analisar a procedência do documento.

3. 1 O documento como fonte histórica

No final do século XIX a maioria dos historiadores escolheu como registro histórico o documento escrito, sobretudo o oficial. A escolha se deu devido à influência da escola positivista. Os historiadores positivistas apoderaram-se do documento, dando a ele um status científico e, conseqüentemente, o resultado da apropriação definiu o que era relevante para o campo da História, desde que o documento oficial privilegiasse as ações da política governamental. Mas a definição do que vem a ser documento ao longo do tempo foi sendo modificada, precisamente com o movimento realizado pela Escola de Annales que, por sua vez, impulsionou uma nova visão sobre o documento, dando a ele um sentido mais globalizante em relação à sua definição. Com esse novo ponto de vista, pode-se afirmar que tudo o que é vestígio do passado torna-se documento.

No entanto, até os primeiros trinta anos do século XX consideravam-se fontes históricas apenas os documentos escritos. Historiadores da época resumiam seus conceitos a peças escritas, manuscritas ou impressas. No âmbito da História da Educação, Melo (2010, p. 15) afirma que “[...] no campo dos historiadores da educação, o entendimento de fonte histórica inclui toda e qualquer peça que possibilite a obtenção de notícias e informações sobre o passado histórico-educativo.”

Mas o passado educacional não se restringiu aos materiais escritos, em especial aos aspectos legais, mas a um conjunto de elementos que compõem o corpo de uma escola, como por exemplo: as cadernetas dos professores, provas,

currículo, uniformes, livros, disciplina, etc. Desta maneira, pode-se investigar cada um destes componentes, as suas transformações, utilizações e produções sofridas ao longo do tempo.

Usar as fontes documentais como matéria-prima para investigação histórica de um determinado povo e época requer uma contextualização, pois corre o risco de ser uma mera interpretação do “eu acho”, caindo no erro de julgamento do passado, da escrita, da fala, de tudo aquilo produzido por uma determinada sociedade. É preciso compreender que cada grupo social tem seus costumes e valores, que não se pode julgá-los por tais atitudes. Diante disso, a atitude dos pesquisadores será entender o texto no contexto.

Os documentos como fontes históricas também podem ser considerados uma expressão da memória. Com essa afirmação é possível abrir um leque de caminhos para serem explorados no cenário histórico sobre fontes, tais como: a sua finalidade didática, cultural e política. A imaginação e o trabalho científico irão explorar várias possibilidades, da construção da escola até as discussões sobre as formas de ensino dominantes em cada época. Deparamo-nos com documentos que trazem as memórias individuais e coletivas da Educação que, segundo Medeiros (2009, p. 182):

Não em sua totalidade, é evidente. Mas também não só memória, memórias: Memória do papel. Memória da tinta. Memória da letra. Memória da pena. Que tinta é aquela? Por certo uma daquelas obtidas com receita, que passou de professor a professor, ou de pai a pai, de aluno a aluno, antes da disseminação da tinta industrial.

O historiador, ao fixar seu olhar para os documentos, poderá encontrar pistas dos fatos ou testemunhas dos fatos. Mas as fontes de pesquisa não se resumem aos documentos: existem fontes bibliográficas e orais. Quando encontramos nas escolas, nas bibliotecas, livros velhos didáticos, fotos, filmes, pode-se afirmar que não há exclusividade de fontes.

É importante destacar que as fontes podem ser chamadas também de fontes primárias a partir do momento que foram produzidas numa relação direta com o tema estudado, ou seja, os documentos podem ser considerados fontes primárias quando são produzidos no período estudado e que possuem uma relação direta com a pesquisa proposta, sejam os originais em arquivos ou digitalizados. Por exemplo, ao encontrarmos documentos oficiais de uma determinada época e que sejam

compatíveis com o período que o historiador delimitou na sua pesquisa, encontra-se ali uma fonte primária. Desse modo, para Gimenez e Toledo (2009, p.110) “as fontes primárias remetem diretamente à própria problematização da pesquisa”. Os documentos podem ser considerados fontes secundárias, como atesta Nunes (2006, p. 194):

[...] ou de segunda mão, a que se tem acesso mediante outra obra, autor ou pessoa, como quando se faz a revisão de literatura sobre o assunto que se quer estudar e se apreendem várias informações que, até então, se desconheciam ou que são pouco divulgadas e conhecidas, mas que são corretas pelo procedimento científico do autor que as revelou.

Em geral os documentos que estão arquivados em seções de manuscritos das bibliotecas ou em arquivos públicos, são considerados fontes primárias, mas os que já foram divulgados, ou que já estão transcritos em obras e algum autor, escritos ou historiador, são considerados fontes secundárias. Dessa forma, o historiador precisa buscar relacionar quais as fontes primárias, custodiadas em arquivos existentes na região, que podem subsidiar a sua pesquisa. É preciso e valoroso o uso de documentos em pesquisas, pois é possível encontrar e extrair uma riqueza de informações, o que justifica seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, pois proporcionam o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Outra justificativa para o uso de documentos em pesquisa é “que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 2), quer dizer, em que época foi prescrito, e em que contexto social estava inserido as suas intencionalidades.

Diante dessa importância acerca do uso de documentos em pesquisa, poderão surgir alguns questionamentos, como: o que é pesquisa documental? O que é documento? Vários são os termos que definem os trabalhos acadêmicos com documentos, denominando-os com as seguintes terminologias: pesquisa documental, análise documental ou técnica de pesquisa com documentos. Tais termos nos levam à seguinte indagação: afinal, que tipo de pesquisa se denomina ao usar os documentos como fonte?

Quando um pesquisador se propõe a utilizar os documentos e dele extrair informações, ele terá que seguir um ritual de pesquisa, ou seja, investigar, examinar,

analisar, seguir etapas e procedimentos, organizar as informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas. Por fim, observa-se que ocorre um processo de investigação constituído de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos. Como esclarece Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 4), sobre o que é uma pesquisa documental, “[...] a pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”.

O documento como fonte de pesquisa abrange não somente textos escritos, mas conteúdos de representação de um fato histórico de acordo com a época em que foi produzido, como por exemplo, as fotografias. Esses documentos podem ser usados como fonte de informação e esclarecimentos, nos quais através de seus conteúdos é possível levar o pesquisador a uma compreensão das questões por ele formuladas, uma vez que corresponde aos seus interesses.

O caminho metodológico percorrido vai dos novos ideais da educação brasileira aos textos legais instruídos por intelectuais que almejavam por um novo tipo de Estado que se comprometesse com a educação pública. O pensamento escolanovista passou por um análise contextual de categorias, ou seja, os discursos referentes aos projetos de mudanças na educação foram desconstruídos em categorias, como: instrução primária, currículo, Escola Nova. Em face a relevância dessa temática para a educação do Piauí, como componente da história da educação brasileira, buscou-se resoluções a respeito dos questionamentos originados na pesquisa.

Para esclarecer a definição de currículo, optamos pelos estudos de Moreira Candau (2007, p.18) afirmam que o currículo pode ser concebido como:

as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas.

Vale ressaltar que entre os estudiosos da área sobre os significados de currículo, mesmo com as mais variadas definições de currículo, para Schmit (2003) não existe um significado correto, o legitimado, ou mais moderno, pois quando se decide optar por um conceito, está delimitando-se por uma concepção que envolve comprometimentos políticos e sociais. Sendo assim, as acepções mais frequentes

sobre currículo reportam-se ao planejamento, a objetivos educacionais, a conteúdo, ao conhecimento escolar e à experiência de aprendizagem.

Tivemos como análise central a Regulamentação Geral do Ensino piauiense publicada no Decreto de n. 1.438 de 31 de janeiro de 1933. Este regulamento discorre sobre a instrução pública de ensino primário do Piauí, determinando alterações em várias repartições do sistema de ensino e definindo suas finalidades. No decreto nos atentamos como foi constituído o currículo escolar para o ensino primário, as disciplinas que foram decretadas como obrigatórias e relevantes para a formação do aluno na época.

Portanto, para recorrer à história da educação primária piauiense, na tentativa de construir fontes históricas através dos documentos legais, conduziu os caminhos desta pesquisa, a análise de conteúdo, que segundo Guerra (2006, p. 62):

a análise de conteúdo tem uma dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objecto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teórico-analíticos cuja articulação permite formular as regras de inferência.

O tratamento do conteúdo varia de pesquisa para pesquisa, onde de acordo com Guerra (2006) o investigador poderá utilizar os vários tipos de análise de conteúdo, que estão agrupadas da seguinte maneira: categorial, avaliação, enunciação e expressão. Foi utilizada para analisar o material recolhida desta pesquisa, a análise categorial, que é uma análise temática e geralmente descritiva. Os documentos não existem isoladamente, cabe ao investigador interpretá-lo, compendiar as informações e se for possível fazer a inferência. Assim, foi organizado como categorias para analisar e realizar as inferências as seguintes temáticas: criação de escolas, alunos, disciplinas escolares, temas que foram encontrados nos documento-fonte.

Os documentos legais, Leis e Decretos da Imprensa Oficial do Piauí, exerceram o papel de fonte histórica, não se reduziu sua utilização para configurar-se como ilustração para o trabalho. Pensar em fotografias é imaginar o quanto são plurais e que podem ser abordadas por diferentes olhares pelo leitor que investiga, quando o mesmo faz uma interpretação da imagem fotográfica, realiza uma re-criação, que de acordo com Del Priore (2008, p. 94),

uma das qualidades da imagem fotográfica reside precisamente neste poder de evocação, no fato de que ela pode suscitar, naquele que observa, o desejo de conhecer mais, de imaginar, de reconstituir interiormente, a partir da visão de um destes momentos, o conjunto de uma vida.

Nessa perspectiva, foi possível analisar através das fotografias as informações que revelaram os conteúdos que contribuíram a organização dos dados da pesquisa. Contemplamos, que a temática sobre currículo permitiu ampliar outras concepções sobre o movimento da Escola Nova no Piauí, além de colaborar com a historiografia da educação piauiense. Este estudo ainda precisa ser investigado, pois ainda existem pontos que possibilitam rever e problematizar novas pesquisas.

4 A POLÍTICA EDUCACIONAL PIAUIENSE EM 1930

Perdurava no Piauí um atraso na educação pública entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX. Diante da situação da educação brasileira no início da década de 1920, ocorriam debates para promover a reflexão sobre a educação escolar, diante de um espaço fértil de ideias e propostas, que foram sendo lançadas no terreno do ambiente educacional. Essas inquietações acerca da educação no Brasil repercutiram no Piauí de maneira que o governo tomou algumas iniciativas mais organizadas para suprir a lacuna existente na educação piauiense. Com isso, as ações realizadas pelas unidades federativas estavam se fortalecendo porque a educação tornou-se um sustentáculo essencial para a solução das dificuldades sociais; dessa forma, obteve maior visibilidade e um dos objetivos governamentais era promover o desenvolvimento do Brasil através da instrução pública.

No final do século XIX, o projeto de modernização da sociedade brasileira, que visava transformar os setores econômicos, sociais, políticos e educacionais, já estava em andamento no espaço piauiense, é nos anos de 1920 se iniciam algumas providências relacionadas à renovação educacional. No entanto, a partir dos anos de 1930 e 1940 é que essa renovação passa a ser efetivada pelo governo do Piauí. Logo, é um período em que o governo central estruturou uma organização política e administrativa que ofertasse para a educação um plano de modernização.

O período estudado situa-se em torno da chamada Era Vargas (1930-1945) no Piauí, período que é considerado rico pela historiografia. Justifica-se a escolha, pois, a partir de 1930, o Estado tem como ofício principal edificar a nação brasileira. Ao assumir essa responsabilidade de construtor, o Estado aderiu a uma nova visão de sociedade, devido às mudanças ocorridas nessa época, nos âmbitos político, econômico e educacional. Este, por sua vez, assumiu o papel de construtor moderno, uma vez que esse período é marcado pela presença dos ideários modernizadores para a nação brasileira.

O Estado possuía poderes ditatoriais nas tomadas de decisões que considerassem necessárias, e ensinavam as lições com características marcantes de patriotismo. O Estado Novo gerou um pensamento alicerçado no autoritarismo, com apego às tradições e ao papel substancial do Estado na organização da

sociedade, conseqüentemente sistematizando a política educacional. Assim, foi sendo construída uma memória nacional, baseada em uma cultura política autoritária e nacionalista. Dentro desse âmbito político, várias camadas da sociedade que idealizavam o Estado se envolveram na construção desta memória e foram se manifestando, com o intuito de nacionalizar o País, o que permitia ao povo brasileiro assumir um sentimento de pertencimento ao Brasil.

Um dos principais objetivos almejados pelo Governo de Getúlio Vargas era a nacionalização da sociedade, e para que fosse alcançado, fazia uso de vários instrumentos e argumentos que o auxiliasse nesta consolidação. A educação e a cultura tornaram-se elementos cruciais para o fortalecimento da memória nacional.

O nacionalismo que foi imbuído em torno dos debates políticos econômicos do governo também auxiliou na concepção de cultura brasileira, que até então sofria redefinições. O Estado, fundamentado no regime ditatorial, não poderia ficar alheio à esfera cultural que constituía o Brasil; neste sentido, o conceito de cultura estaria embasado em dois destinos básicos: a cultura como “elemento oficial”, e como um projeto civilizador paternalista, ou seja, cogitava-se através da cultura construir um novo Brasil com valores homogêneos que atingissem os pensamentos e ações dos cidadãos brasileiros.

O projeto civilizador visava criar uma nova expressão de pensamento da sociedade brasileira, como afirma Mendonça (1990, p. 344):

O projeto nacionalista do pós-37 caracterizou pela excludência e a recusa ao pluralismo não somente no campo político: na área da cultura, tais características também se fizeram presentes. Tal como em matéria sindical, a política cultural do Estado Novo procurou inviabilizar as formas de expressão autônoma da sociedade, através da negação do atributo de cultura às manifestações artísticas desorganizadoras do seu conceito de cultura nacional e popular: grandiosas realizações literárias, musicais, teatrais etc., alicerçadas no folclore e na erudição.

Dessa forma, o Estado evidenciava a ideia de padronizar a cultura, e a escolha dessa uniformização foi justificada pelo novo regime: era necessário o controle da produção, divulgação e a conservação das riquezas culturais. Esse argumento foi fundamentado após identificarem que na República Velha não correu uma integração nacional, portanto, o sentido de unificar os valores culturais era nacionalizar o povo através da homogeneização dos comportamentos, das práticas culturais e das ideias.

A educação, por sua vez, foi vista como um lugar adequado para pôr em ação o pensamento político vigente, tendo apoio de intelectuais brasileiros que estavam em comunhão com o Estado. Dessa forma, davam organicidade à política educacional, pois a ideia era melhorar a vida dos brasileiros, como também amadurecer a Nação. Como afirma Melo (2009, p. 26):

Os intelectuais, nas mais diversas sociedades e ao longo do tempo, ocuparam o papel de propagadores dos valores, quer sejam morais, políticos ou culturais e influenciaram, através da formulação de ideias, na construção do nacionalismo brasileiro, na construção da brasilidade, com uma rica produção intelectual voltada para este fim em conformidade com os mentores do Estado projetado para aquele momento.

No país ocorreu, então, uma sistematização, organização e controle da política educacional, em razão da criação do Ministério da Educação e Saúde e com a Reforma de Francisco Campos, em 1931, pela qual foram substituídos os sistemas estaduais de educação que não possuíam uma estreita articulação com o sistema central, ou seja, que permaneciam distantes da política de educação nacional, possibilitando, desta maneira, uma maior intervenção do Estado na educação, expandindo a esperança na educação, situando-a em um lugar de maior destaque em relação aos outros setores da sociedade. O Ministério da Educação e Saúde foi cogitado para pôr em prática uma educação que ajudasse na elaboração de uma cultura política para o Estado Novo manter sua legitimidade.

Com a Revolução de 1930, reaparece um discurso homogeneizante sobre a Educação. Ela passa a ser utilizada como um instrumento de poder do Estado, com capacidade de modernizar a ação pedagógica, bem como inserir valores culturais e civilizatórios. Era notório perceber as agitações políticas que o Brasil vivenciava e, como no restante do País, o Piauí também mostrou os vestígios dessas vibrações, como afirma Melo (2009, p. 29):

Logo após a Revolução de 1930, o Piauí ficou sob o comando do interventor federal Landri Sales Gonçalves, que através do Decreto de número 1.301, de 14 de setembro de 1931, reestruturou a Diretoria Geral da Instrução Pública e, paralelamente implementou um novo Regulamento Geral do ensino, caracterizando-se como uma tentativa de dar continuidade e sistematizar o projeto de educação no Estado a integrar-se aos ideais do Governo Federal.

Essas mudanças são visíveis, em 1935, a Diretoria Geral da Instrução Pública torna-se Departamento de Ensino, obtendo a função de fiscalizar os ramos do ensino no Estado. Em relação ao ensino primário, tem-se o Decreto nº 1.622, de 8 de março de 1935, que “Altera disposições da Parte primeira - título I - Capítulo XVI, do Regulamento Geral do Ensino e dá outras providencias”. A partir deste decreto cria-se um Conselho Popular de Instrução encarregado de fiscalizar e inspecionar o ensino primário.

O Decreto Landri Sales designa os responsáveis para exercer a fiscalização do ensino, afirmando que com a atuação dos prefeitos municipais juntamente com os agentes distritais, pelo cargo que ocupavam, tornariam eficientes os serviços de inspeção do ensino em cada localidade do Estado. De acordo com o Decreto nº 1.622 de 8 de março de 1935 foi definido como se constituiria o Conselho Popular, sendo eles:

Membros do conselho:

- O Prefeito Municipal: nos municípios;
- Agentes distritais: nos distritos;
- Dois pais de família eleitos de dois em dois anos: pelos pais ou responsáveis de alunos matriculados nas escolas públicas;
- Presidente do conselho: prefeitos e agentes distritais;
- Secretário: um professor da localidade.

Os conselhos populares não só fiscalizariam o ensino, mas também atestavam as atividades dos professores e davam posse aos mesmos. A função dos membros do Conselho era considerada relevante para Landri Sales, por isso este aplicaria multas para quem não praticassem a sua obrigação, era um “serviço público, obrigatório e gratuito”. Essas multas eram cobradas pelo Conselho Superior de Ensino, impostas nos casos em que:

- a) deixarem de inspecionar, pessoalmente, ao menos uma vez por mês, as escolas sob sua jurisdição, lançando no livro competente o respectivo termo de visita relativo à escola e ao funcionamento.
- b) Atestarem, sem o devido exame, exercício aos professores públicos (PIAUHY, 1935, p. 30).

A ideia de Landri Sales era fiscalizar rigorosamente os estabelecimentos de ensino, supondo que sem tal vistoria as escolas não produziram os resultados desejados. Assim, o Piauí já se enquadrava nesse novo modelo de política dos anos de 1930, de controlar o ensino e exaltar a educação, usando desses instrumentos uma ponte para o poder político.

Os setores políticos que assumem o Estado no pós-30 se esforçavam em formar a imagem do Estado Novo como sendo um acontecimento fundador da nacionalidade. Nesta direção, a nacionalidade deveria fixar a ideia de unidade nacional em todos os aspectos, e a educação seria uma peça essencial para que esse trabalho se tornasse efetivo.

Vargas aspirava reformular o sistema político vigente. Para muitos representava a renovação das bases da sociedade brasileira, dando início a uma nova cultura cívica republicana.

O plano de buscar o progresso circulava na sociedade brasileira ocasionando um maior incentivo em criar mais escolas no Brasil. No Piauí não foi diferente: como estava inserido neste contexto, passa então a idear a expansão do ensino primário, assim almejavam a universalização da educação. O ensino primário foi institucionalizado, como obrigatoriamente gratuito e laico, e o Piauí deveria preparar-se estruturalmente na parte física ao investir na construção de prédios escolares, e capacitar as normalistas para este projeto.

O Governo do Piauí, para aperfeiçoar a resolução definida a nível nacional, em que a educação foi vista como suporte de acesso ao desenvolvimento do país, procurou, mesmo de maneira rasteira, fundar uma escola que capacitasse professores para o exercício nas escolas primárias. De acordo com Marinho (2008), na segunda metade do século XIX, na cidade de Teresina, capital do Piauí, ocorreram várias tentativas ineficazes, resultado da desafeição da clientela da instituição, predominada pela ala masculina. O desinteresse apoiava-se em justificativas sobre as condições da profissão de professor, que ofertava salário exíguo, e a dificuldade de se conquistar um cargo, pois era uma tarefa de difícil acesso, já que em sua maioria se obtinha através de indicações.

Diante disso, o público masculino que frequentava a Escola Normal estudava nesta instituição com a finalidade de alcançar os cursos superiores, focando em disciplinas que os preparassem para profissão professor. Mas o fracasso da instalação da Escola Normal em Teresina, não se deu apenas devido aos motivos

apontados pelos discentes. O próprio Estado, em razão da escassez de recursos, teve necessidade de policiar os gastos com a educação.

E a primeira Escola Normal do estado, perante muito esforço, conseguiu obter êxito:

O sucesso ocorreu somente em 1909, com a fundação da Escola Normal Livre. No ano seguinte, o governo estadual assumiu a responsabilidade sobre essa instituição, mudando seu nome para Escola Normal Oficial. Essa foi uma medida importante porque passou a proporcionar uma oportunidade para as mulheres terem acesso ao restrito mercado de trabalho (MARINHO, 2008, p. 13).

Com a criação da Escola Normal Oficial, em 1909, a educação primária ganhou suporte para a sua expansão no Estado, além de ganhar profissionais capacitados para o exercício da profissão. Com a fundação da Escola Normal Oficial, pode-se afirmar que a expansão da educação primária nos anos de 1930 e 1940, constituía um projeto maior, amparado pelo poder estadual e ligado à Escola Normal, pois, em especial as jovens recém-formadas do curso elementar, ao se dedicarem a dar andamento aos estudos, geralmente estudavam o curso Normal na referida instituição e, ao se formarem, estavam aptas para desempenhar seus papéis de professoras primárias.

No Piauí, diante do novo contexto político, econômico, e educacional vigente no Brasil nos anos 1930, algumas providências significativas são tomadas no âmbito da educação. É o período de 1930 que marca a concretização de um projeto, em nível regional, que objetivava aumentar a oferta de salas de aula e educação formal para um maior número de piauienses. Logo nesse período já existiam propostas de modernização da sociedade brasileira, que privilegiava a educação como ponto essencial para atingir tal objetivo. Dentre esses objetivos, defendia-se a existência de estabelecimentos de ensino em todo o País, do ensino primário e da instrução profissional e técnica gratuitos.

Um ponto que diferenciou os reformadores piauienses dos anos 1930 dos nacionais foi que no Piauí a maioria dos intelectuais que aderiu à divulgação dos ideais da Escola Nova tinha uma estreita ligação com os partidos políticos. Os reformadores, durante os anos de 1920, em sua maioria estavam vinculados ao Partido Republicano, além de pertencerem às famílias oligárquicas. Os principais

intelectuais envolvidos com o movimento renovador exerceram cargos no Governo ao longo do período de 1920, 1930 e 1940.

4.1 As escolas primárias na década de 1930

O Governo do Piauí propagava o ensino público primário no Estado e criações de escolas eram frequentes no território piauiense. Brito (1996, p. 92) afirma que:

O governo empenhou-se seriamente, no período de 1933 a 1937, na expansão da rede escolar primária, construindo novos e modernos prédios escolares em todo o Estado e ampliando consideravelmente as matrículas no período: alcançaram um crescimento de 212%, segundo estatísticas oficiais.

Brito (1996) ressalta que esses dados não são muitos confiáveis, mas reconhece que o Estado se esforçou tanto no período de 1930 como em 1940. É real a proposta de expansão do ensino primário neste período.

No Quadro 1 são expostas as cidades, as escolas existentes e suas respectivas categorias durante os anos de 1930 a 1932.

Figura 04 - Existência de Escolas Primárias na Década de 1930.

CIDADES	CLASSIFICAÇÃO DAS ESCOLAS
Pedro II	Grupo Escolar Marechal Pires Ferreira
Parnaíba	Grupo Escolar José Basson
Parnaíba	Grupo Escolar José Narciso Grupo Escolar Barão de Gurguéia
Piripiri	Grupo Escolar Padre Freitas
Teresina	Escolas reunidas João Costa Escola isolada Joaquim Távora Grupo Escolar Demóstenes Avellino Grupo Escolar Antonino Freire Grupo Escolar Gabriel Ferreira.
São Pedro	Escola masculina
Altos	Escola isolada mista

Campo Maior	Escola isolada mista
Castelo	Escola isolada mista
União	Escola singular mista
Joaquim Távora	Escola isolada
Uruçuí	Escola isolada
Jerumenha	Escola isolada
Simplício Mendes	Escolas reunidas

Fonte: Decretos (1930), (1931) e (1932), adaptado pela autora.

Mesmo com a expansão das escolas no Piauí, a população piauiense possuía um baixo grau de escolaridade devido à dispersão populacional no território. Para Martins (2009, p. 45), a isso se atribui a seguinte justificativa:

Sua vasta extensão territorial era considerada empecilho para a implantação da escola primária, pois o governo estadual não alcançava a maioria da população com suas ações e os municípios piauienses em sua maioria deixavam a cargo do Estado as questões educacionais.

Diante disso, o Estado exigia o auxílio dos municípios para expandir o ensino primário, pois não tinha condições financeiras e competência para assumir essa responsabilidade, apesar da ajuda dos municípios, a rede escolar engatinhava pelo vasto território do Piauí.

Vale salientar que havia duas cidades que se tornaram polos de modernização – Teresina e Parnaíba – pois a elite intelectual piauiense, ocupando cargos administrativos e pedagógicos, com a oportunidade ampliou a rede escolar. E esse era o desejo de grupos sociais das cidades de Teresina e Parnaíba.

No Decreto nº 1.514 de 22 de janeiro de 1934, o governo criava 50 escolas nucleares no interior do Estado. Pode-se perceber que o desejo da expansão da instrução primária era evidente, mas um pouco limitado quanto a sua efetiva qualidade e dimensão do que é educação.

Martins (2009, p. 63) enfatiza o pensamento dos governantes sobre qual sociedade eles queriam formar:

Através de uma educação intelectual, moral, prática e regeneradora a população seria capacitada para se envolver com as questões de ordem social, questões estas ligadas aos aspectos políticos e econômicos de então.

Com esses pensamentos, o governo vigente da época fugia do verdadeiro sentido da educação, difundindo e preparando somente os indivíduos para a visão política.

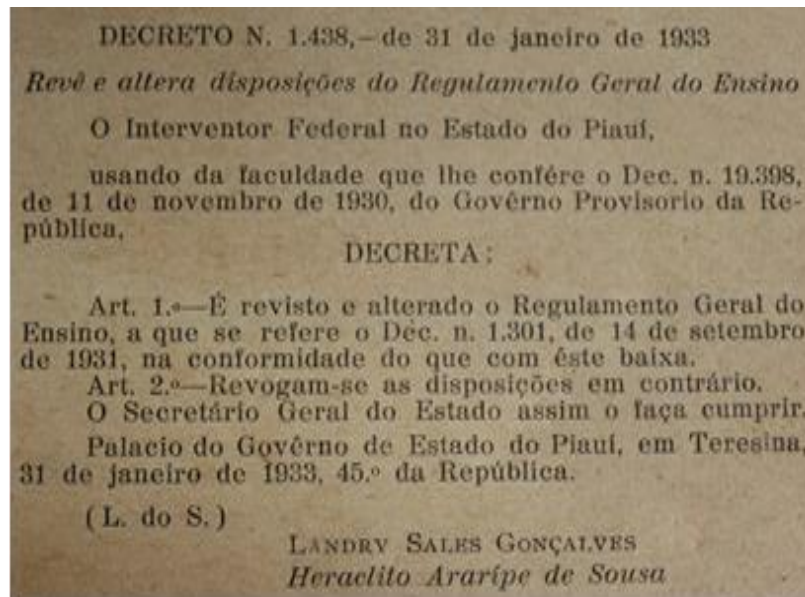
4. 2 O ensino primário piauiense na reforma de 1933

O responsável pela reforma de 1931 foi o diretor da Instrução Pública Benedito Martins Napoleão que, por sua vez, teve sua carreira marcada pela participação na gestão do governador Matias Olímpio (1924-1928). De acordo com Martins (2009, p. 92):

[...] foi secretário particular do governador, professor do Liceu Piauiense e esteve envolvido com a educação desde a década de 1920, tendo, inclusive, elaborado as teses apresentadas na primeira e quarta conferências da ABE. O reformador Benedito Martins Napoleão continuou ligado ao governo após a “revolução” de 1930, participando diretamente da assinatura do Convênio Nacional de Estatística junto ao Ministério da Educação e Saúde em 1931.

Foi com a influência desses eventos, além do manifesto de 1932, é que a reforma de 1933 foi reorganizada. As alterações da reforma não englobaram todos os campos do ensino, como afirma Brito (1996, p. 89): “[...] a Reforma de 1933 implicou em mudanças substanciais”, ou seja, no que se refere ao seguimento administrativo não houve modificações, e sim na estrutura organizacional, curricular e na orientação do ensino. Na foto a seguir (Figura 04) é possível conferir o decreto que altera o regulamento do ensino em 1933.

Figura 05 - Decreto nº 1.438 de 31 de janeiro de 1933.



Fonte: Piauí, (1933).

O regulamento é dividido em três títulos, cada um com seus respectivos capítulos. O capítulo 1 especifica as áreas da administração do ensino em que ocorreriam modificações ou permanência.

Na primeira parte do regulamento é especificado sobre os serviços técnicos administrativos, em especial sobre a organização do ensino. Landry Sales determina que a direção e a inspeção do ensino fossem da competência do chefe do poder executivo, exercendo seu papel por intermédio da Secretaria Geral do Estado. Nesse mesmo viés foi definido o modo de organização do ensino, sendo ministrado da seguinte maneira:

- Pré-escolar educativo
- Primário fundamental complementar; complementar especial (pré-vocacional)
- Profissional primário; secundário especial (normal)
- Secundário.

Quanto ao curso no Jardim de Infância, este por sua vez destinado a crianças maiores de 4 e menores de 7 anos, definido por três períodos, seguindo os padrões modernos de educação, o ensinamento ministrado pelo professor deixava bem claro que a atividade infantil não poderia ser manuseada pelo mestre, cabendo a ele senão, guiar, disciplinar, estimular e corrigir.

No regulamento de 1933, em relação ao ensino primário, este tinha como propósito preparar o educando, com eficiência, e capacitá-lo para a vida social. Essas características de ensino são aderidas conforme o período em que se encontram contextualizadas, período em que as ideias da Escola Nova tornam-se mais visíveis no âmbito educacional piauiense. Lembrando que foram essas ideias que inspiraram o Manifesto de 1932, ocorrido no Brasil, e que chegaram ao Piauí repercutindo na legislação do ensino.

Mas o ensino primário não recebeu a atenção precisa. É possível perceber essa lacuna na Reforma de Francisco Campos de 1931, onde esteve ausente o termo “ensino primário”. Nesta reforma contemplaram-se precisamente os ensinos superior e secundário, estabelecendo oficialmente, em nível nacional, a modernidade do ensino secundário. Com a total omissão do ensino primário nesta reforma, reformadores da época buscaram iluminar seus ideais com base em outras reformas realizadas em 1920 por Lourenço Filho, em São Paulo; Anísio Teixeira, na Bahia; Fernando Azevedo, no Distrito Federal, entre outros.

Esses reformadores partícipes do Manifesto de 1932 buscavam implantar uma renovação pedagógica em todos os níveis educativos; visavam o predomínio de uma escola pública, laica e gratuita, com a finalidade de erradicar o analfabetismo, uma das características da sociedade brasileira, que provocou o atraso educacional também atingindo os setores produtivos do país. Assim, promover a inovação pedagógica significava superar o atraso vigente no país. Pode-se afirmar que o Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932 foi o advento da reflexão de renovadores brasileiros.

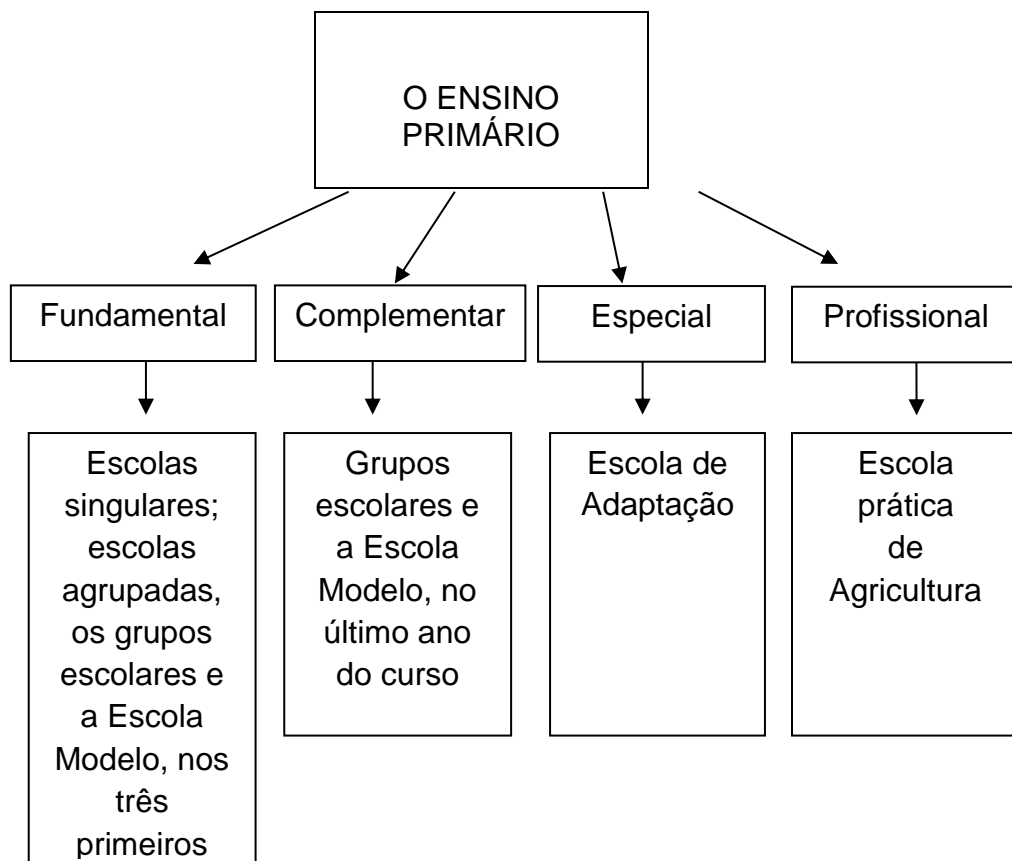
E nesse contexto o ensino piauiense foi se consolidando, em especial, o ensino primário recebeu maior ênfase para adotar os ideais renovadores. Vale ressaltar que esses ideais de renovação da instrução pública piauiense surgiram com base em um movimento maior, ocorrido no Brasil, no final do século XIX e início do século XX, como afirma Oliveira (2014, p. 115):

Esse movimento ocorreu devido a transformações como o acelerado processo de urbanização e industrialização, provocando mudanças no campo educacional, que precisava educar a população para ser absorvida por esse novo mercado, sendo o Estado o responsável pela iniciativa de garantir que todos tivessem acesso à educação, assim acreditava que este seria o caminho para uma sociedade democrática.

Esse movimento denomina-se Escola Nova. Concebida por vários educadores e intelectuais, foi uma corrente de concepções educativas, cuja finalidade era alcançar mudanças educacionais a fim de apresentar novos rumos que o país poderia percorrer, e o caminho da modernização era o foco principal. Seguindo esse pensamento, tinham como meta introduzir um modelo pedagógico que correspondesse à modernidade que se propagava no mundo. Dessa forma, novas bases científicas fixadas nas diversas áreas do conhecimento iriam formar um homem capaz desbravar a era da tecnologia.

Na reforma de 1933 é possível constatar como esse novo modelo pedagógico, firmado na Escola Nova, influenciou na instrução piauiense. O ensino primário, com a reforma, adota novos princípios da pedagogia moderna que iriam conduzir à metodologia e conseqüentemente a prática do ensino primário. Inicialmente definem-se os níveis de ensino que seriam ministrados pelo Estado. Desse modo, o governo estabelecia a seguinte estrutura do ensino primário:

Figura 06 - Estrutura do Ensino Primário do Piauí no ano de 1933.



Fonte: Piauihy, (1933).

O ensino público primário estava dividido em: fundamental, complementar, especial e profissional. O ensino primário fundamental e complementar era ministrado em escolas sustentadas pelo Estado com auxílio dos municípios, como também sujeitos a inspeção da Diretoria Geral da Instrução.

O ensino primário profissional era ministrado em estabelecimento especial com duração de cinco anos, com a finalidade de preparar o indivíduo para o trabalho “e exercer profissões de imediata utilidade no meio piauiense” (PIAUHY, 1933, p. 4). O que se vê é a escola se configurando com um caráter profissional, o Brasil estava em processo de desenvolvimento urbano-industrial, e desse modo, a educação ia sendo conduzida para acompanhar esse progresso.

De acordo com o Decreto nº. 1.438, 31 de janeiro de 1933 (PIAUHY, 1933), pode-se afirmar que o ensino primário seria ministrado em sete tipos de escolas, com suas respectivas atribuições:

Fundamentais

Escolas singulares: Eram instaladas em comunidades que oferecessem mais de 30 crianças em idade escolar, com duração de três anos.

Escolas nucleares: Instaladas em povoado com poucas pessoas, de rápida alfabetização com duração apenas de um ano. Para o funcionamento eram exigidos, no mínimo, 20 (vinte) alunos matriculados.

Escolas agrupadas: Instaladas nas localidades onde houvesse pelo menos três escolas singulares, funcionariam no mesmo prédio ou em diferentes prédios, mas que estivessem situados no raio de dois quilômetros. De acordo com Ferro (1996), as escolas agrupadas possuíam mais de uma sala de aula, com as 1ª e 3ª séries.

Grupos escolares: funcionariam em localidades que possuíssem no mínimo 180 crianças em idade escolar.

Complementar

Escola Modelo: estava ligada à Escola Normal Oficial. A sua organização administrativa, didática e econômica era igual a dos grupos escolares, e destinava-se à prática profissional dos alunos do 4º e 5º anos normais.

Especial

Escola de Adaptação: era anexa à Escola Normal Oficial, destinada obrigatoriamente aos candidatos à matrícula no curso Normal. Com duas classes iniciais, feminina e masculina.

Profissional

Escola prática de Agricultura: o Governo determinava que fosse um curso profissional de dois anos, com idade mínima de 14 anos. Para os dois anos do curso prático, haveria um internato especial com matrícula máxima de 10 (dez) alunos, os quais seriam selecionados de acordo com o desempenho nas aptidões que revelassem.

O ensino primário público era mantido pelo governo do Estado, com o auxílio dos municípios, ou particularmente, em estabelecimentos sujeitos à inspeção técnica da Diretoria Geral da Instrução com duração de 6 (seis) anos. O ensino profissional primário era ministrado em estabelecimentos especiais, em 5 (cinco) anos de curso. Seguia com o objetivo de desempenhar no indivíduo ofícios práticos e exercer profissões de imediata utilidade no meio piauiense.

De acordo com esse decreto de 1933, a supervisão do ensino tinha como objetivo conhecer os fatores que influenciavam na instrução popular. Desta maneira, ocorreriam observações das escolas com o intuito de promover o progresso que atuaria no professor, no meio social e nas autoridades.

Os Alunos

No período de 1930 o ensino primário passa então a promover a integração da criança ao meio social, conforme o Decreto nº 1.438, de 31 de janeiro de 1933, no art. 198. O ensino primário deveria seguir o modelo da Escola Nova, em que o educando teria a iniciativa de adquirir os conhecimentos por si, ou seja, ser participativo no processo de aprendizagem, cabendo ao professor exercer o papel de guia esclarecedor.

De acordo com Brito (1996, p. 90), “a escola primária deveria ser o centro de integração social da criança, oferecendo-lhe a educação básica e promovendo o seu

desenvolvimento físico, mental e moral para o exercício da cidadania”. A orientação do ensino e os processos educativos seguiam essa vertente, por serem influenciados por uma corrente filosófica: o positivismo da Escola Nova, como por exemplo, com o método intuitivo a ser exercido pelos professores. O uso desse método levaria ao desenvolvimento das aulas, para que assim os professores fugissem de uma prática de ensino usada na época, a memorização, e buscassem uma metodologia que envolvesse os alunos na compreensão do conteúdo, resultando em um raciocínio produtivo.

Os Professores

Na Reforma de 1933 foi determinado como condição obrigatória para professores que eram preparados na Escola Normal, que para exercerem o cargo de magistério primário não bastava só possuir o diploma, pois se exigia que os professores se enquadrassem em alguns requisitos, elencados a seguir:

Art. 227_ Não poderá exercer o magistério público primário, embora diplomada pela Escola Normal Oficial, a pessoa que:

- a) Tenha perdido emprego público por força de sentença judicial;
- b) Tenha sofrido condenação por crime contra a proibidade e os bons costumes;
- c) Tenha defeito físico incompatível com as funções do magisterio;
- d) Se entregue ao vício da embriaguês ou entorpecentes;
- e) tenha sido condenada a pena administrativa de perda da cadeira

(PIAUHY, Decreto nº 1.438, de 31 de janeiro de 1933, p.56).

O Decreto nº 1.438, de 1933, acrescenta que quanto ao preenchimento nos cargos públicos os docentes estavam nomeados da seguinte maneira:

Efetivos: os professores nomeados como funcionários públicos.

Interinos: as normalistas para reger cadeiras vagas.

Adjuntas-estagiárias: as normalistas que auxiliam o ensino das escolas públicas, por tempo determinado.

Substitutos: professores designados para as cadeiras vagas, devido ao afastamento ou licença de professores ou adjuntas-estagiárias.

A Diretoria Geral da Instrução era responsável por fazer um rodízio dos professores, caso nas localidades houvesse mais de uma escola primária.

Deveres dos professores:

1. Ensinar, de acordo com o horário em vigor, todas as disciplinas;
2. Evitar o ensinamento memorizado;
3. Desenvolver em seus alunos o amor à aplicação ao estudo, assim inculcá-los pela palavra e pelo exemplo moral;
4. Distribuir, mensalmente, aos pais ou responsáveis, o boletim de aproveitamento, frequência e conduta dos alunos, dentre outros.

O professor, quanto às suas técnicas de ensino, seria intuitivo, não permitindo que os alunos decorassem as lições, mas que prevalecesse a compreensão do conteúdo estudado a fim de alcançar um raciocínio produtivo dos alunos.

Em relação à formação do caráter dos alunos, o professor também se tornaria responsável, passando a observá-los quando estivessem presentes no estabelecimento de ensino, além de investigar e indagar à família sobre a conduta dos mesmos.

Suas aulas deveriam estar no nível de intelectualidade das crianças, com lições claras, simples, persuasivas e dialogadas. Os temas desenvolvidos deveriam mirar o aproveitamento para “os usos da vida”.

Diante dessas características, é possível observar a base teórica que os intelectuais da época adotavam, a elite intelectual piauiense foi uma das incentivadoras e propagadoras da renovação do ensino público do Piauí. Pode-se afirmar que a vertente positivista da Escola Nova era umas das referências para a transformação da educação. Martins (2009, p. 27) afirma em relação a esse modelo de escola que surgia: “a escola deveria fundamentar-se na Pedagogia Moderna, as relações entre professor (a) e aluno (a), os conteúdos, os métodos a serem trabalhados deveriam ser repensados, bem como os próprios fins da educação”.

Essas ideias de modernidade do ensino não surgiram no Piauí, e sim já eram resultados de intelectuais, em nível de Brasil, influenciados por estudiosos estrangeiros, especificamente de mentes do liberalismo, que construíram essa nova concepção de educação: a socialização da criança.

Essa socialização ocorreria de maneira prática, na qual os professores teriam o papel de formar esses alunos com capacidades de assumirem uma posição em uma vida pública ou profissional. E o Piauí, vivenciando o processo de urbanização

diante das novas tendências de pensamentos, foi percorrendo este caminho de transformação, em especial na educação procurando construir o seu próprio modelo educacional.

4. 3 O ensino primário do Piauí em 1940

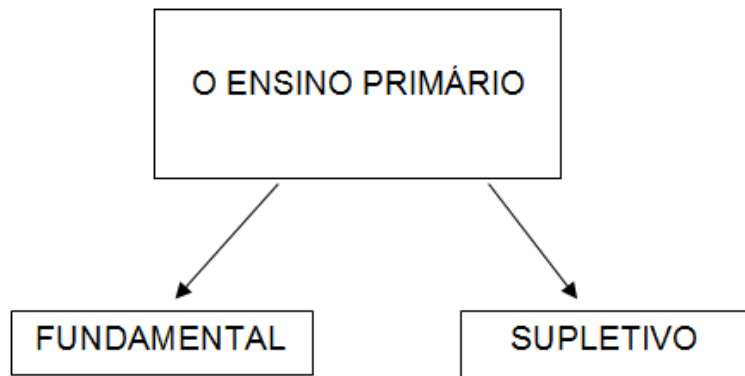
Nos anos de 1940, o Brasil passava por várias mudanças políticas, econômicas, sociais, que levaram ao crescimento da população urbana. A Reforma Francisco Campos e Reforma Capanema sistematizaram a estrutura educacional do país. A sistematização da educação era parte integrante do projeto de modernização do país, e o fruto dessa medida ocasionou a expansão da educação primária e o melhoramento da qualidade educacional. Desse modo, o governo preocupava-se em criar um novo modelo de educação escolar para levar o desenvolvimento econômico. Logo, o país foi despertando para a necessidade de extensão da escolarização.

No Piauí, a maioria da população ainda habitava no meio rural, e encontrava-se analfabeta, aumentando a responsabilidade do poder público por mais investimento no ensino. Privilegiar a escolarização piauiense representava investir no econômico e no social. O Estado crescia economicamente na agricultura, exportação e comércio, o que tornou-se um incentivo ao ensino. Desta maneira, essa política refletia também, especificamente no Piauí, onde o ensino primário surgiu como forma de preparar o homem para sua integração na vida social, devido à exigência crescente por maior qualificação desse período. Como afirma Santana (2011, p. 56), “assim, apesar das dificuldades financeiras dificultarem a manutenção do sistema escolar, o Piauí, ainda que tardiamente, inicia o projeto de expansão de sua rede de ensino”.

No período de 1940, de acordo com Brito (1996), o ensino primário estava estruturado em: ensino primário fundamental, com duração de 4 (quatro) anos; e ensino supletivo, com duração de 2 (dois) anos. Na estrutura curricular do ensino primário fundamental havia a disciplina de Conhecimentos gerais aplicados à vida social, ou seja, destinava-se à formação integral da criança, formar os indivíduos para o mundo do trabalho. Com a imposição do mercado de trabalho, onde era exigido um trabalhador alfabetizado, o ensino primário supletivo surgiu com a finalidade de formar esse trabalhador adulto capaz de exercer a função que lhe

fosse ofertada. O pensamento de expandir a educação pública no Estado do Piauí permaneceu em 1940. O governo estadual se empenhava em aumentar o número de matrículas primárias, desse modo dava-se continuidade a esse projeto de cunho social, político e econômico da década anterior.

Figura 07 - Estrutura do Ensino Primário do Piauí ano 1940



Fonte: Brito (1996) com adaptação da autora.

Em 1940 houve uma intensificação de criação de escolas, especialmente em zonas rurais. Houve o crescimento do número de matrículas do Ensino Primário, tendo como forte fator o aumento da urbanização que despertou na população brasileira a necessidade de expandir a escolarização. O Ensino Primário no Piauí era uma forma de combater o analfabetismo presente no estado, mas restringia-se o acesso à educação devido alguns fatores que afetavam diretamente o desenvolvimento da expansão escolar, tais como: ausência de material didático, deslocamento dos professores, falta de transporte, que não só atingiu a organização do sistema de ensino, como também o setor administrativo do Piauí.

Com o acesso aos documentos-fontes foi possível coletar dados sobre o orçamento anual do estado do Piauí, particularmente da educação pública. O orçamento era organizado com os dados da receita e despesa que o Estado possuía, sendo que esses orçamentos eram publicados nos últimos meses do ano vigente, para o exercício do ano seguinte.

O que correspondia às categorias tinha a seguinte natureza:

- Pessoal fixo: professores primários, de escola de adaptação, adjuntas estagiárias, diretoras, inspetores de alunos, zeladores, serventes.

- Pessoal variável: professores contratados gratificação de 2º turno, salários de extranumerários, professores honorários.
- Despesas diversas: conservação e reparos, higiene, aluguéis de casas, água, luz e telefone.

A lei orçamentária estava dividida em dois capítulos. Na primeira parte uma tabela explicativa da receita e outra sobre a despesa do Estado. Na receita estavam expressos os cargos de acordo e suas respectivas atribuições financeiras, a níveis mensal e anual. Através destes orçamentos é possível analisar a quantidade de professores primários ativos na década de 40 do século XX no Piauí. No Quadro 5 são expostos alguns dos orçamentos de despesas decretados nos anos de 1941 a 1943.

Quadro 01 - Números De Professores Primários Efetivos No Período De 1940

	1941	1942	1943
4ª entrância			
Professoras de escola de adaptação	3	3	3
Professores	65	68	80
Adjuntas estagiárias	12	12	1
3ª entrância			
Professores	117	120	120
Adjuntas estagiárias	8	18	18
2ª entrância			
Professoras	61	70	70
Adjuntas estagiárias	3	3	3
1ª entrância			
Professoras	73	80	80
Escolas nucleares			
Professoras	220	230	235

Fonte: PIAUHY, (1941), (1942) e (1943), adaptado pela autora.

Decreto-lei n. 390, de 17 de junho de 1941.

Decreto-lei nº. 576, 20 de julho de 1942.

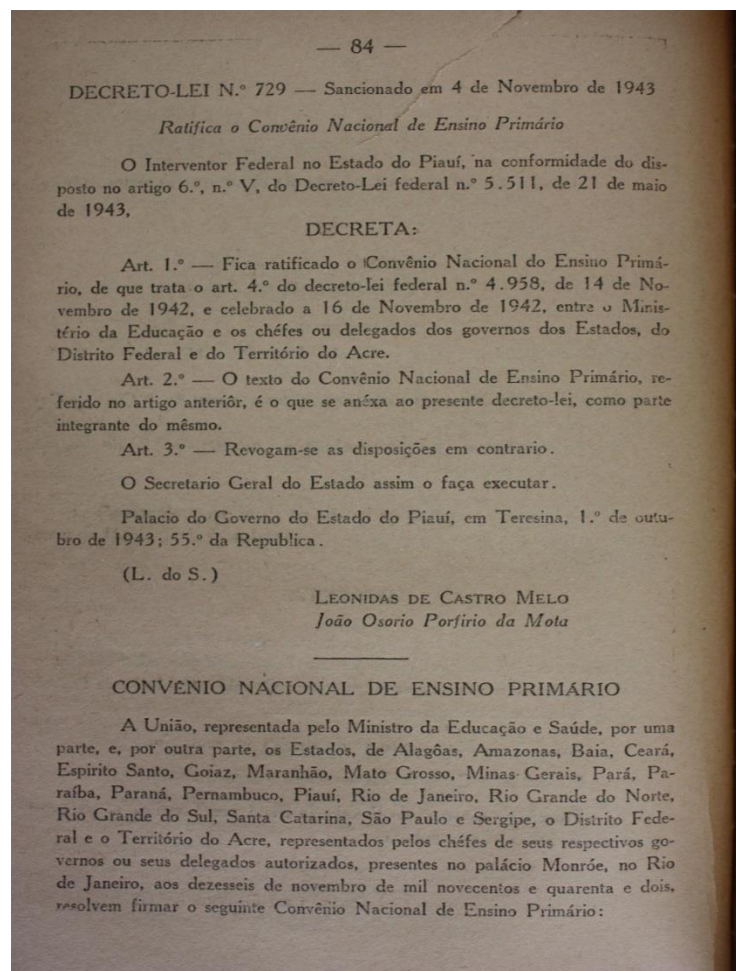
Decreto-lei nº. 697, 28 de julho de 1943.

Nota-se, então, tanto na lei orçamentária como na quantidade efetiva de professores, a participação do Estado, juntamente com os municípios e

especialmente os subsídios da União para a expansão do ensino primário. O Estado sozinho não tinha condições de manter esse ideal de propagação e democratização da instrução pública.

No ano de 1943 a União decreta a participação federativa nos estados brasileiros no desenvolvimento do ensino primário, em que dará subsídios financeiros aos Estados, incluindo o Piauí. Como afirma a Decreto-lei nº 729, de 4 de novembro de 1943:

Figura 08 - Decreto nº 5.511, de 21 de maio de 1943.



Fonte: Piauhy, (1943).

Como afirma a Decreto-lei nº 729, de 4 de novembro de 1943:

Esta cooperação será limitada, em cada ano, ao recurso do Fundo Nacional de Ensino Primário, criado pelo decreto-lei nº 4.958, de 14 de Novembro de 1942, e far-se-á de conformidade com as necessidades de cada uma das unidades federativas (PIAUHY, 1943, p.85).

A União, então, se torna uma “auxiliadora” da instrução primária dos estados brasileiros, prestando-lhes assistência caso fosse solicitada, com o fim de aperfeiçoar a organização dos seus estabelecimentos de ensino primário. Além disso, determinava que os Estados assinassem um contrato estadual de ensino primário com a administração municipal, ou seja, estados e municípios se tornariam também responsáveis pela manutenção do ensino primário. Os recursos financeiros dos municípios aplicados no ensino primário seriam provenientes dos seus impostos, como determina o Decreto-lei (PIAUHY, 1943, p. 8):

Cláusula quinta:

Os governos dos Estados realizarão, sem perda de tempo um contrato estadual de ensino primário com as administrações municipais para o fim de ser assentado o compromisso de que a cada município aplique no ano de 1944 pelo menos 10% da renda proveniente de seus impostos, no desenvolvimento do ensino primário, elevando esta porcentagem mínima a 11, 12, 13, 14, 15%, respectivamente, nos anos de 1945, 1946, 1947, 1948, 1949. A porcentagem mínima de 1949 será mantida nos anos posteriores.

Por fim, fixa que as repartições da administração do ensino primário nos estados articulem-se com os serviços competentes do Ministério da Educação e Saúde, com o intuito de colher informações precisas para estudo e conhecimento do problema do ensino primário no país.

4. 4 Currículo escolar primário piauiense: uma fonte de renovação

Discussões a respeito da didática-pedagógica e da organização do ensino primário são levantadas desde a segunda metade do século XIX, quando inicia-se um processo acerca da democratização da cultura e do trabalho da escola nas sociedades modernas. Neste sentido, discorrer sobre a definição da escola primária e os meios para alcançar a sua universalização tornou-se um ponto central nas questões políticas da educação do povo.

De acordo Moreira e Candau (2007) análises recentes de alguns estudiosos têm direcionado seus interesses de pesquisas na associação entre currículo e cultura, que até então se concentravam nas discussões conceituais sobre currículo e conhecimento. Essa mudança se obteve com as recentes reviravoltas na sociedade, que começa a se interessar pela esfera social, ou seja, a preponderância do

universo cultural na organização da vida social das pessoas. A pluralidade cultural da humanidade em que vivemos é bastante expressiva nos mais diversos espaços sociais, até nas escolas e nas salas de aula. Com isso os desafios que os profissionais da educação se deparam tornam-se cada vez mais intensos, mas favorece a criação e inovação das alternativas para o exercício pedagógico.

É importante destacar que os componentes que participam do processo de construção do currículo, deve considerar que precisam preparar os conhecimentos escolares, com o intuito de socializar esses conhecimentos aos estudantes e também contemplar os saberes que circulam nos diferentes espaços sociais.

A maneira como os conteúdos abordados na escolarização foram se constituindo sofreu fortes influências das mais diversas esferas da sociedade, ou seja, os interesses ideológicos, políticos, religiosos, sociais, econômicos e culturais exerceram uma ação direta na formação do conteúdo escolar. Os fatores sociais e políticos foram determinantes na orientação cultural para esse nível de ensino. Com seus interesses subjacentes, o induziram na inserção de saberes e disciplinas no processo de construção do currículo da escola primária no Brasil.

Para Souza (2000) o conteúdo e método de ensino constituíram os debates sobre a questão política da educação, assim como quais os meios apropriados para efetivar essa educação, entre eles, uma organização pedagógica de qualidade para a escola primária. Esses diversos debates giravam em torno principalmente de uma nova era na sociedade, a modernização, logo, é no decorrer do século XIX, que se difunde a convicção sobre o poder que a escola possuía, considerada um elemento de grande relevância para obter o progresso, modernização e mudança social. A escola obteve esse título de “renovadora” por motivos considerados emergentes no período: o desenvolvimento industrial e o processo de urbanização. Esses dois elementos exigiram que se formasse um homem novo e a escola nova seria essa ponte de acesso a inovação. Para se alcançar esses ideais foi necessário ter uma fonte de inspiração, como afirma Souza (2000, p. 11):

O fenômeno de âmbito mundial foi alimentado pela circulação de ideias e modelos gerados nos países ditos “civilizados” na época. Os mais variados temas da organização escolar tornaram-se objeto da reflexão política e pedagógica: métodos de ensino, a ampliação dos programas com a inclusão de novas disciplinas, livros e manuais didáticos, a classificação dos alunos, a distribuição dos conteúdos e do emprego do tempo, o mobiliário, materiais escolares, certificados de estudos, a arquitetura, a formação de professores, a disciplina escolar.

Nesse contexto, as ideias de renovação do ensino tornam-se compreensíveis, pois é a escolarização em massa que se pretende efetivar. Essa escolarização se caracterizou obrigatória. O Estado tornou-se responsável por oferecer o ensino público, e o ensino se despreendeu dos costumes religiosos. Assim a educação pode ser concebida com um projeto de incorporação política e ideológica.

Esses interesses subjacentes construíram e fortificaram o Estado-nação e a modernização social. Estes, por sua vez, tornaram-se os pilares que sustentaram os ideais e as políticas de inovação educacional no final do século XIX e início do século XX.

De acordo com Lima (2013) no Brasil, no final do século XIX também foi notório a idealização da escola como uma redentora da nação, sendo vista como uma ferramenta de modernização. Nesta época, a Educação é guiada por um novo paradigma, que mirava o Progresso, a ordem social e a renovação do povo. É nesse momento histórico que a racionalização passa a ser um elemento constituinte da escola, com o intuito de determinar novos procedimentos metodológicos, em que a nação brasileira iria se desenvolver.

Com esse basilar de progresso, regeneração, renovação e de ordem social, surge um sentimento de amor pela pátria, pela bandeira, criando assim um ideal de nação que seria alcançada com a civilidade do povo e sua relação de harmonia com o país. Desta maneira, pretendia-se enaltecer a pátria, como também “[...] ao progresso urbano eram os objetivos de um projeto divulgado como inovador, sendo a pedra de toque que iria lograr ao Brasil status de um país solene intelectual, social e economicamente” (LIMA, 2013, p. 131).

Assim esses aspectos referentes à modernização tornaram-se existentes no Piauí. Pois indicavam novos caminhos para inserção da capital, Teresina, no processo de obtenção do progresso educacional que se proliferava pelo país e pelo mundo. No século XIX e nos primeiros anos do século XX, era presente o discurso defendido por intelectuais que julgavam o desenvolvimento educacional como requisito necessário para o crescimento do Brasil. Mas as iniciativas dos poderes públicos até o início da década de 1920, não significavam que essas ações teriam uma aplicação eficaz na contribuição para a solução de problemas no ensino público, especialmente na precária oferta de educação elementar. Como afirma Marinho (2008, p. 29):

Nas regiões mais ricas que contavam com mais recursos financeiros, como Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo quase a metade da população infantil estava sem acesso a esse nível de ensino, porém a situação era ainda mais alarmante nos estados menos desenvolvidos do país, que contavam com verbas escassas para a educação. Isso ocorria em Alagoas, Goiás e mesmo no Piauí, locais onde a quase totalidade das crianças estavam sem estudar.

Nessas condições problemáticas que se encontravam a educação brasileira, por volta da década de 1920, surgiu um espaço sistematizado de questionamento e debates. Desta maneira, instituiu-se um ambiente de constantes diálogos efervescentes que visavam refletir sobre as condições que se encontrava a educação e propor soluções que fossem executadas de forma eficaz.

Esses educadores críticos inquietavam-se sobre o desamparo que a educação elementar sofria no país, com isso a população estava analfabeta, além de que as crianças em idade escolar situavam-se fora das escolas. Então, uma meta definida para levar a sociedade ao progresso, era a erradicação do analfabetismo que por sua vez seria extinto através de uma instrução escolar para todos. Nesse sentido perdurava a ideia de que os problemas sociais seriam solucionados por meio da educação.

Com o advento da Escola Nova, em especial no Brasil, alguns intelectuais da época se empenharam em divulgar esse movimento pelos estados brasileiros. Um dos intelectuais foi Anísio Teixeira, que se tornou uma das figuras relevantes na Educação brasileira por ser um ativo reformador educacional no Brasil, tendo como característica a defesa da Escola Nova.

Os pensamentos reformadores tinham como bandeira alfabetizar a população com o fim de obter a salvação da pátria através da educação. Mas para atingir esse propósito era necessária uma mudança considerável na Escola desde recursos didáticos até a formação do professor. Novos recursos pedagógicos modernos e a capacitação de professores seria um passo para alcançar a civilidade que se pretendia atingir. Desse modo, a Escola Nova tinha como objetivo propagar o uso do método pedagógico intuitivo e a higienização social.

A higienização social tornou-se componente no processo de renovação da sociedade brasileira. Também não foi diferente no Piauí como é possível ver no quadro seguinte que traz no currículo educacional da instrução pública piauiense a disciplina destinada a noções de higiene:

Quadro 02 - Currículo das Escolas Agrupadas, Singulares e de Adaptação.

ESCOLAS AGRUPADAS E SINGULARES	ESCOLA DE ADAPTAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Leitura e escrita; • História sumária do Piauí e do Brasil; • Noções de geografia do Piauí; Aritmética e calculo mental; noções de geometria; • Noções de higiene • Urbanidade; ginástica; • Canto; • Desenho; • Caligrafia; • Lições de coisas; • Noções de agricultura e pecuária; • Trabalhos manuais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Português; • Francês; • Aritmética; • Ciências físico-naturais; • Desenho; • Musica; • Corografia do Brasil • História do Brasil e da América; • Educação moral e cívica • Ginástica • Trabalhos manuais

Fonte: Piauhy, (1933), adaptado pela autora.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, é possível observar a relevância desse setor na sistematização do projeto político que o país começava a vivenciar. O Ministério da Educação e Saúde Pública era um projeto modernizante do governo Vargas, a partir do qual foram realizadas políticas nacionais assistencialistas com o intuito de garantir maior participação das forças políticas federais nos estados, tendo como integrantes principais nesse processo de relação entre Estado e população o trabalho, a saúde e a educação. Nesse contexto, as políticas públicas de saúde tornaram-se mais evidentes no dia a dia das pessoas, através de campanhas vacinação, educação sanitária, dentre outros.

Sobre higiene escolar, os professores eram formados para ministrarem essas disciplinas e adotariam os seguintes conteúdos: higiene física, o asseio corporal do aluno, higiene dentária, primeiros socorros, doenças contagiosas, dentre outros assuntos. Também havia uma preocupação com a condição intelectual do aluno, percebida na chamada Higiene Intelectual.

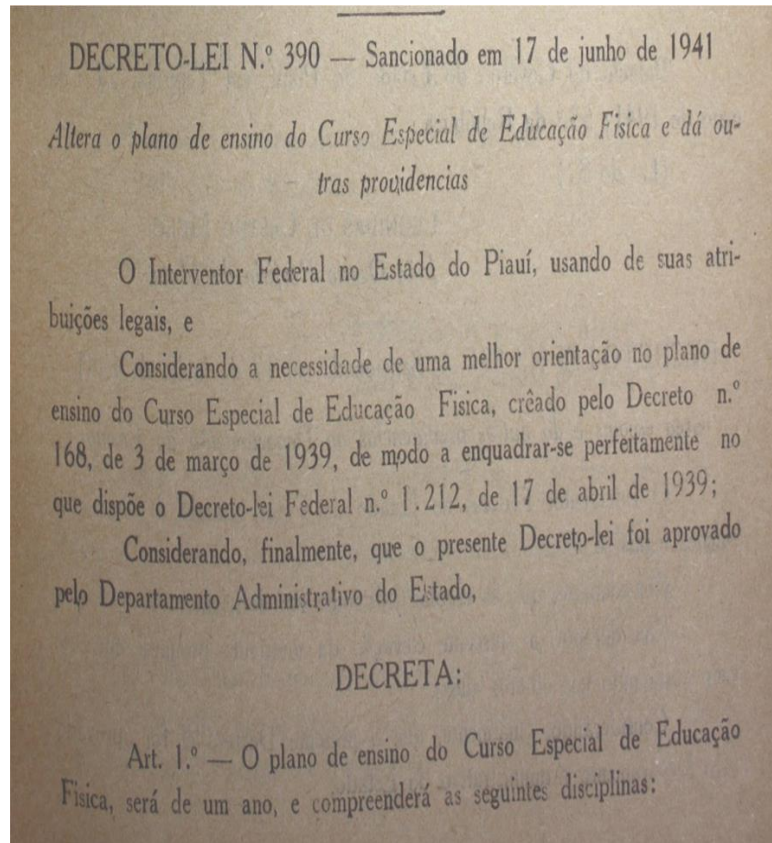
A análise da disciplina Educação Física do currículo buscou compreender o sentido dessa disciplina no contexto histórico aqui trabalhado. A gênese de algumas

disciplinas escolares ensinadas no Brasil nos reporta ao início do período da Era Vargas (1930), fase em que o país inicia a organização de um sistema escolar nacional, um dos objetivos do Ministério da Educação e Saúde. A ideia de construção do Estado Nacional no pós-30 tinha como ferramenta de formação e criação da nacionalidade, a educação, que por sua vez era um recurso eficaz para a construção do sentimento patriótico através das disciplinas Educação Moral e Cívica, Educação Física, História. Desse modo, a grade curricular se baseia nos aspectos ideológicos, como afirma Melo (2009, p. 70-71):

A ideia de grade curricular, ou seja, das disciplinas que a integravam, era da formação de um todo compacto, as disciplinas consideradas de cunho ideológico tinham relação uma com a outra, voltadas para o objetivo maior que era o doutrinação das crianças e da juventude. Se a Educação Física treinava e modelava os corpos, a História cuidava da mente com a educação cívica e patriótica e o reforço permanente de pertença das ideias de unidade nacional, ideias essas que deveriam concretizar o sentimento de pertença.

Vale ressaltar que a disciplina de Educação Física no período histórico estudado, procedente da ginástica europeia do século XIX, foi então concebida como código de civilidade. No Piauí, em 1939, Leônidas de Castro Melo, governador na época, publica um Decreto nº168, de 3 de março de 1939, para criar um Curso Especial de Educação Física destinado a preparar professores de Educação Física com o objetivo de intensificar o ensino desta disciplina nos estabelecimentos de ensino do Estado. Após a criação Curso Especial de Educação em 1941, é baixado um decreto-lei como pode ser verificado na imagem a seguir:

Figura 09 - Decreto-lei n° 390, de 17 de junho de 1941.



Fonte: Piauhy, (1941).

De acordo com o Decreto-lei n° 390, de 17 de junho de 1941, é alterado o plano de ensino do curso especial de educação física, com duração de um ano constituído das seguintes disciplinas:

1. Anatomia e fisiologia humanas;
2. Cinesiologia;
3. Higiene aplicada;
4. Socorro de Urgência;
5. Fisioterapia;
6. Biometria;
7. Metodologia da Educação Física;
8. Historia da Educação Física e do Desporto;
9. Organização da Educação Física e do Desporto;
10. Ginastica rítmica (somente para meninas);
11. Educação Física Geral;
12. Desportos aquáticos;
13. Desportos terrestres individuais;

14. Desportos terrestres coletivos;
15. Desportos de ataque e defesa.

A escola encarregava-se de mostrar o mundo através dos conteúdos trabalhados em sala de aula e, por meio da educação corporal, pretendia fomentar o controle dos corpos dos alunos. Os corpos eram treinados para o enaltecimento do Estado, em especial a educação cívica por meio de comemorações foi coroada de suma importância enquanto estratégia para cumprir as normas da escola e de efeito moralizante exigido pelo Estado.

O professor como responsável de ensinar esse ensino, recebia orientações que eram publicadas em documentos oficiais do Estado do Piauí, a exemplo o Decreto n. 1358, 2 de março de 1932, é aprovado o plano de programa e orientações metodológicas da Escola Normal Oficial, em relação a educação moral e cívica o professor deveria atentar-se a seguinte instrução:

O ensino da Educação Moral não deve reduzir a uma simples pregação.

As verdades morais não devem ser apresentadas como abstrações que pretendem modelar o governo da vida, porém como as soluções mais amadurecidas aos problemas concretos da vida. O ensino Da Educação Moral, pode dizer-se, é o ensino de saberes da vida. As vezes moral devem ser apresentadas como regras, que resultam da experiência humana e cuja aplicação concorre para o desenvolvimento e a felicidade do homem.

E' indispensavel, poi, que ele seja amplamente ilustrado de exemplos sugestivos, tirados á experiencias diaria, á historia aos contos e narrações. A propria experiencia escolar, os fatos e oportunidades a que a vida da escola dá logar, constituem, bem aproveitados, outros tantos elementos de ilustração das lições e meios praticos e intuitivos de demonstrar as vantagens da regra moral. (PIAUHY, 1932, p. 118).

A educação piauiense trilhou um caminho semeado por leis e decretos, pois o Estado estabeleceu condições de regulamentações para atender as exigências que governo federal instituía. Essas normas alcançavam a grande curricular, locais de estabelecimentos de ensino e a capacitação de professores de Educação Física, de acordo com Melo (2009, p. 83):

Para apresentações nas comemorações cívicas, para exibição dos alunos com seus corpos bem treinados e adequados ao que propunham as políticas de então, procurando atender as prerrogativas de raça forte, disciplinada e sadia, servindo como

amostragem “as provas de ginásticas” apresentadas pelos estudantes.

As disciplinas de Educação Moral e Cívica mostravam ao aluno a importância de possuir o amor pela pátria. Seus conteúdos abordavam a nação brasileira, os deveres dos cidadãos brasileiros, o hino nacional, as comemorações cívicas, tradições e fatos do heroísmo brasileiro. As orientações dadas para os professores era afirmar que o ensino da Educação Moral é o ensino de sabedoria da vida, e que fizessem elocuições sobre as grandes datas nacionais.

Em relação ao ensino primário piauiense, as chamadas escolas de adaptação em 1932, o governador da época, Landri Sales Gonçalves, decreta a aprovação dos planos de programa da Escola de Adaptação, com o Decreto nº 1.362, de 12 de março de 1932. A escola de adaptação tinha como disciplina a História do Brasil, que neste decreto é definido sobre a definição de História que iria ser ministrada para os alunos como:

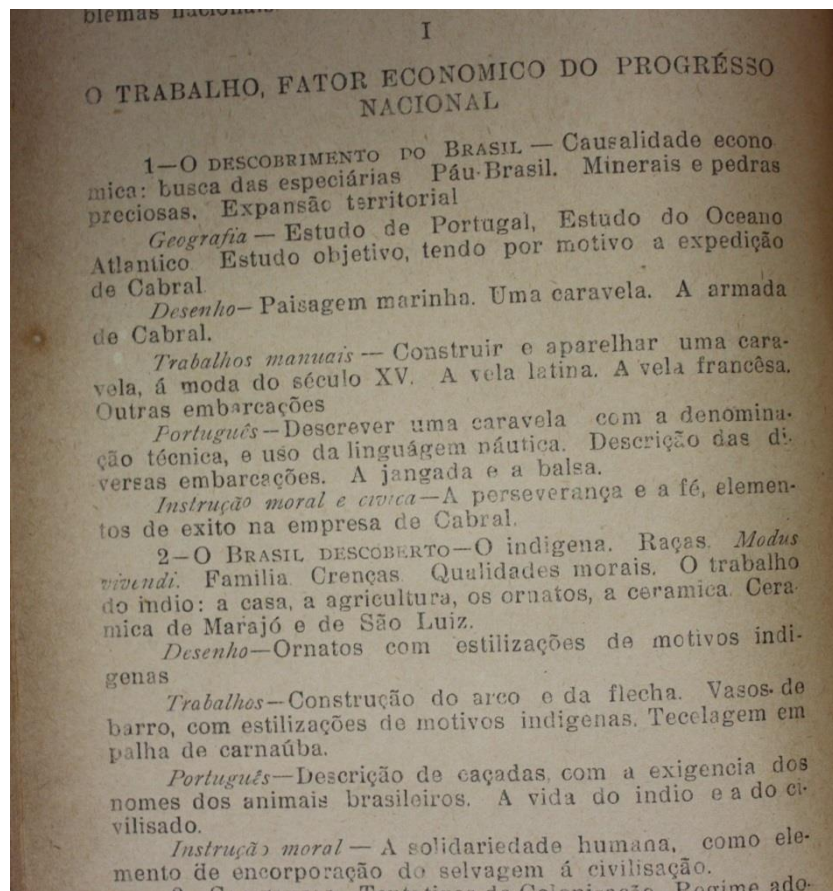
O ensino de História é o ensino do interesse pela vida, porque os grandes atos da inteligência, da fé, do heroísmo, e do trabalho, que éla romemóra, como etapas vencidas do dominio do homem sôbre a natureza, despertam na criança o estímulo pela aquisição da cultura e da técnica, pelos nobres e perseverantes devotamentos morais, pela formação da força viril, pela utilidade das pesquisas pacientes e pelo esforço produtivo do lâbor humano. A historia deve ser apresentada à criança como o drama heróico do homem colocado deante da natureza, que êle vence, pela inteligencia e pelo trabalho, e da vida, que êle embeléza, facilita e melhóra.

Assim, a História será, realmente, revivida. Estudar-se á como o conjunto de fatos, circunstâncias, tentativas e realizações que influíram no progresso nacional. Isso, do ponto de vista material e economico. Do ponto de vista moral, como o conjunto dos fatos, circunstanciais tentativas e realizações, que influíram para a nossa caracterização psicológica, acentuando, entre as qualidade menóres, a disciplina do trabalho, o desprendimento heróico, a paixão da liberdade e a fé, que deverão servir de nóрма á conduta brasileira no desenvolvimento da sua civilização. (PIAUHY, 1932, p. 123).

A metodologia utilizada no ensino de História foi de caráter positivista com a elevação dos valores morais e éticos, exaltando o passado e olhando-o sempre com ar de glorioso, deixando de lado como se encontrava o presente que estava sendo vivenciado. A exibição de bandeiras, hinos, dava maior ênfase ao ato político, com sua significação pedagógica. Era uma História pátria, que auxiliava na construção do sentimento de nacionalismo, alicerçando a ideia de unidade nacional. Os conteúdo

selecionando do ensino de História, determinados pelo plano de programa da Escola de Adaptação, trazia em si, a *Instrução moral*, era a interpretação já determinada sobre o assunto que seria ministrado, ou seja, os conteúdos já eram caracterizados no plano de curso, para apenas ocorrer a transmissão do assunto. Essa instrução moral sempre acompanhada de exaltação das atitudes dos governantes da época, como é possível ver um exemplo na figura a seguir:

Figura 10 - Decreto n° 1.362, de 12 de março de 1932



Fonte: Piauhy, (1932).

Escola de Adaptação era anexa a Escola Normal Oficial, destinada para candidatos que almejassem ingressar no curso Normal, e diante de tantas alterações e inserções de planos de orientação metodológica, a Escola Normal também aderiu algumas mudanças na metodologia de ensino, o plano de curso estava organizado com as seguintes disciplinas:

Quadro 03 - Currículo da Escola Normal Oficial

ESCOLA NORMAL OFICIAL
<ul style="list-style-type: none"> • Português • Francês • Inglês • Geografia do Brasil • Geografia do Piauí • História do Brasil • História do Piauí • História da Civilização • Matemática • Geometria • Desenho • Trabalhos manuais • Música • Historia Natural • Zoologia • Botânica • Geologia e Mineralogia • Biologia e Higiene • Física • Química • Psicologia Educacional • Didática • História da educação

Fonte: Piauh, (1933), adaptado pela autora.

De acordo com Alves (2010) um dos princípios da Escola Nova foi dar uma atenção especial aos trabalhos manuais, com a inserção dessa disciplina na estrutura curricular para os professores, para que tenham uma base de como ministrar as aulas. Assim os trabalhos manuais não são mais concebidos apenas em uma dimensão técnica, mas principalmente como um meio de educação intelectual, ou seja, o ensino passa então a ser organizado como métodos que impulsionassem o gosto pelo trabalho e despertasse a criatividade do aluno. A importância dos

trabalhos manuais é responsável por incentivar e fomentar a criatividade, para que possa aprender pela tentativa.

Nos anos de 1930 o governo estadual oferecia a educação feminina na Escola Normal, não apenas com o propósito de ofertar a instrução e a profissionalização para o trabalho de professoras, mas incluía nesse contexto os conhecimentos necessários para exercerem o papel de esposa e mãe. Lembrando que a Escola Normal não era a única formadora do comportamento das normalistas, a Igreja Católica também participava desse processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil pós-30 foi marcado por instabilidades. Nesse período estava em questão a criação de uma nova ordem social, o que ocasionou debates entre diferentes segmentos da sociedade. Essas disputas giravam em torno do governo varguista, o qual visava burocratizar as funções públicas como estratégia de aumentar sua autoridade. Desse modo, os Estados brasileiros trilharam um caminho munido de uma idealização política centralizadora, reforçando o autoritarismo e gerando a ditadura do Estado Novo em 1937.

Esse autoritarismo foi criado com o propósito de desarticular a estrutura administrativa da República Velha para favorecer o aparelho administrativo da União, assegurando maior domínio sobre as várias unidades federativas.

Esse projeto estimulava a tonificação da ideologia nacionalista e a execução de uma reforma administrativa. Essa reorganização na estrutura administrativa despertou o governo para fundar órgãos públicos. O projeto tornou-se necessário para que se efetivasse a centralização política e a inserção da economia internacional no Brasil. A estratégia de criar órgãos públicos ganhou visibilidade no governo varguista. Pode-se afirmar que foi um instrumento de grande utilidade, uma vez que serviu como mediador diante dos conflitos sociais existentes no país, e o Estado então passou a ter o poder de monitorar esses conflitos.

No Brasil as questões curriculares vêm sendo levadas em questionamentos e discussões desde as décadas de 1920-1930, quando os precursores da Escola Nova, implementaram as primeiras reformas curriculares, onde alguns Estados brasileiros foram atingidos por ideais de renovação do ensino, tem-se então uma pedagogia escolanovista. Nos documentos legais mostra-se o processo de construção historiográfica sobre a escola. Através da legislação é possível constituir o tempo histórico. As Leis e Decretos influenciaram na criação de um paradigma educacional para se chegar à ação pedagógica. A pesquisa apontou que o ensino primário passava por um processo de expansão que ajudou na sua consolidação. Com os princípios da Escola Nova, a ideia da democratização do ensino público era evidente, assim ocorreram mudanças sociais, políticas e educacionais que promoveram um impulso pela busca da escola.

Esses documentos caracterizavam a implantação, expansão e mudanças relacionadas ao ensino primário, além de assuntos gerais administrativos sobre a

instrução pública do Piauí. Vimos que o ensino primário foi caracterizado por reformas que dariam um novo modelo de ensino. Essas reformas também tiveram seus tropeços, pois a preocupação em criar escolas pelo território piauiense fazia com que o Governo não tivesse controle sobre as instituições, provocando a falta de assistência no ensino. Por tanto não existe a melhor definição de currículo, porque uma vez que implica uma tomada de decisão, em uma posição de valor, cada grupo irá optar por determinada definição de currículo que seja melhor para se trabalhar, o que não pode ser válido para outro grupo.

O trabalho foi de suma importância para a minha formação acadêmica, pois revelou que os conteúdos da história da educação piauiense, que mesmo sendo explorados por outras produções historiográficas, a cada garimpagem emergiu novos dados, e questionamento relevantes para pesquisa em História da Educação. Espera-se que este estudo contribua para o entendimento sobre a História da educação piauiense. Como também, é necessário a continuidade de estudo sobre a temática abordada, para melhor elucidação e compreensão da História da educacional piauiense.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Massangana, 2010

BRITO, Itamar Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BURKE, Peter. **O Que É História Cultural?**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional de Editores de Livros, 1995.

_____. **A Escrita da História**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1992

CANDAU, Vera Maria. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Currículo, conhecimento e cultura. In: BEAUCHAMP, J. (Org.). **Indagações sobre currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 17-43.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/4015>>. Acesso em: 15 out. 2016.

DEL PRIORE, Mary. A fotografia como objeto da memória. In: SILVA, R. M. da C. (Org.). **Cultura Popular e Educação: salto para o futuro**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí Republicano**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1996.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GIMENEZ, José Carlos; TOLEDO, César de Alencar Arnaut. Educação e Pesquisa. In: CASIMIRO, A. P. B. (Org.). **A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Tradução de Atílio Brunetta; revisão de tradução: Hamilton Francischetti; apresentação de Tomas Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**. Cascai: Princípia, 2014.

LE GOFF. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

_____. Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fortes, 1990.

LIMA, Maria do Socorro. **República, política e direito: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (1918-1921)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

LOMBARDI, José Claudinei; BITTENCOURT, Ana Palmira; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Orgs.). **A Pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes. et. al. (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

LOPES, Eliane Marta T.; GALVÃO, Ana Maria O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURENÇO FILHO. **Introdução ao estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea**. São Paulo: Editora Melhoramento, 1978.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre letras e bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)**. 2008. 183f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

MARTINS, Ana Maria Gomes de Sousa. **Os discursos sobre a educação no Piauí: reflexos dos ideais da Escola Nova. —1920 a 1947**. 2009. 157f. Dissertação Mestrado em Educação - Universidade Federal do piauí, Teresina, 2009.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **Arquivos escolares**. In: A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória. Campinas: Ed. Alínea, 2009.

MELO. José Joaquim Pereira. Fontes e métodos: sua importância nas descobertas das heranças educacionais. In: COSTA, Célio Juvenal; MELO José Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo. **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: ed. UFGD, 2010.

MELO, Salânia Maria Barbosa. **A construção da memória cívica: as festas escolares de civilidade no Piauí (1940-1945)**. 2009. 224f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira Fortaleza-CE, 2009.

MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et al. (Orgs). **História da educação: desafios teóricos e empíricos**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.1, p.35-49, jan./jun., 2001. Disponível em: < www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: 24 out. 2015. ISSN 1645.

NAGLE, Jorge. Educação e sociedade na Primeira República. São Paulo: EPU, 1976.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. Fontes para a história da educação. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, n. 2, p. 187, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/387>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

OLIVEIRA, Vilma da Silva Mesquita. **Os jogos e brincadeiras na Educação Primária de Teresina [manuscrito]**: história e memória (1930-1961). 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

PAGNI, Pedro Angelo; RIBEIRO, Elisabete Aparecida. Pragmatismo e escola nova no Brasil. **NUANCES: estudos sobre educação**, [S.l.], v. 09, n. 9-10, jan./dez., 2003. Disponível em: <www.rbhcs.com>. Acesso em: 08 out. 2015. ISSN: 2175-3423.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Educação no Piauí**. Imperatriz, MA.: Ética, 2008.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elisabeth Madureira. **Leis e regulamentos da instrução pública do império em Mato Grosso**. Campinas, SP: Autores associados; SBHE, 2000.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. 3.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTANA, Maria do Perpetuo Socorro Castelo Branco. **A Constituição da rede escolar e a prática das professoras primárias na zona rural do Piauí nos anos de 1940 a 1970**. 2011. 178f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

SAVIANI, Dermeval. O manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932 e a questão do sistema nacional de educação. In: **O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto**. Brasília: MEC/SASE, Ministério da Educação, 2014. p. 19-33.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, n. 1, jul. 2009. p. 1-15.

SIMÕES, Regina Helena Silva. **História da educação no Espírito Santo: catálogo de fontes**. Vitória: EDUFES, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes**, [S. l.], v. 20, n. 51, p. 9-28, nov., 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n51/a02v2051.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2015.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

Fontes Primárias

Leis, decretos e decretos-leis:

PIAUHY. Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1910. Lei nº 444, de 9 de julho de 1907. Autoriza o poder executivo a reorganizar o ensino primário e secundário do Estado e dá outras providências. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina, 1910.

_____. Decreto nº. 1.068, 27 de janeiro de 1930. Cria um grupo escolar na cidade de Pedro II com a denominação de grupo escolar Marechal Pires Ferreira, passando a fazer parte do mesmo as duas escolas estaduais lá existentes; cria um grupo escolar no povoado Cocal, do município de Parnaíba, com a denominação de grupo escolar “José Basson”; cria mais uma cadeira de professora do grupo escolar “Mathias Olympio”, desta capital; extingue duas cadeiras de professora do grupo “Miranda Osorio” da cidade de Parnaíba cria duas cadeiras no grupo escolar “José Narciso” da mesma cidade e eleva as escolas reunidas_ Barão de Gurgueia_ desta mesma capital à categoria de grupo escolar, com a denominação de grupo escolar “Barão de Gurgueia”. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1930.

_____. Decreto nº. 1.356, 25 de fevereiro de 1932. Cria uma escola isolada, de 1ª entrância, no povoado “Matias Olimpio”, do município de Joaquim Távora; transfere a escola isolada, de 1ª entrância, da fazenda “Matapasto”, no município de Floriano, para o povoado “Tucuns”, no município de Urussuí e a escola isolada, de igual entrância, da fazenda “Solidão”, no município de Jeoemenha, para o povoado “Tinguis”, no distrito de Porto Seguro, do mesmo município. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1932.

_____. Decreto nº. 1.402, 21 de junho de 1932. Cria uma nova cadeira primária nas Escolas Reunidas “Alvaro Mendes”, de Simplício Mendes. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1932.

_____. Decreto nº. 1.413, 27 de agosto de 1932. Transfere uma das cadeiras do Grupo Escolar “Antonino Freire”, desta capital, para o Grupo Escolar “Gabriel Ferreira”, também desta capital. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1932.

_____. Decreto n. 1362, de 12 de março de 1932. Aprova os planos de programas da Escola de Adaptação Geral do Ensino. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1932.

_____. Decreto n. 1358 de 2 de março de 1932. Aprova os planos de programa e orientações metodológicas da Escola Normal Oficial Geral do Ensino. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1932.

_____. Decreto nº 1.438, 31 de janeiro de 1933. Revê e altera disposições do Regulamento Geral do Ensino. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1933.

_____. Decreto nº 1.514 de 22 de janeiro de 1934. Crêa 50 escolas nucleares, no interior do Estado. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1934.

_____. Decreto nº 1.622, de 8 de março de 1935. Baixa instruções para o funcionamento do Curso Especial de Educação Física. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1939.

_____. Decreto nº 173, de 25 de março de 1939. Altera disposições da Parte Primeira- Título I- Capítulo XVI, de Regulamento Geral do Ensino e dá outras providencias. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1935.

_____. Decreto-lei nº 390, de 17 de junho de 1941. Altera o plano de ensino do Curso Especial de Educação Física e dá outras providencias. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1941.

_____. Decreto-lei nº. 50, de 10 de março de 1942. Dispõe sobre a aceitação da oferta do Grupo Escolar “Cassiânia Rocha” e sobre a nomeação das primeiras professoras do mês Grupo. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1942.

_____. Decreto-lei nº. 576, 20 de julho de 1942. Abre créditos suplementares às diversas verbas do Orçamento em vigôr. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1942.

_____. Decreto-lei nº. 693, 14 de julho de 1943. Eleva à categoria de Grupo Escolar, com a denominação “Landry Sales”, a atual Escola Agrupada “Pereira Caldas”, da cidade de São Pedro. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1943.

_____. Decreto-lei nº. 697, 28 de julho de 1943. Abre créditos suplementares às diversas verbas do Orçamento do corrente exercício. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1943.

_____. Decreto-lei nº. 729, 14 de Novembro de 1943. Ratifica o convênio Nacional de Ensino Primário. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1943.

_____. Decreto nº 434, 19 de abril de 1910. Regulamenta a Instrução Pública. **Imprensa Oficial do Piauí**. Teresina: Imprensa Oficial, 1910.

_____. Lei nº. 33, 17 dezembro de 1947. Autoriza o Poder Executivo a construir prédios para os Grupos Escolares “Abdias Neves”, de Teresina, e “Miranda Osório”

de Parnaíba, e abre o crédito especial respectivo. **Imprensa Oficial do Piauí**, Teresina: Imprensa Oficial, 1947.

_____. Lei nº 548, 30 março de 1910. Reforma a instrução pública do Estado. **Imprensa Oficial do Piauí**. Teresina: Imprensa Oficial, 1910.